

# COMPETITIVIDADE TERRITORIAL E COESÃO ECONÓMICA E SOCIAL DAS REGIÕES PORTUGUESAS

---

Apresentação das Grandes Linhas Conclusivas  
do Estudo Realizado para o Observatório do QCA

29 de Novembro de 2005



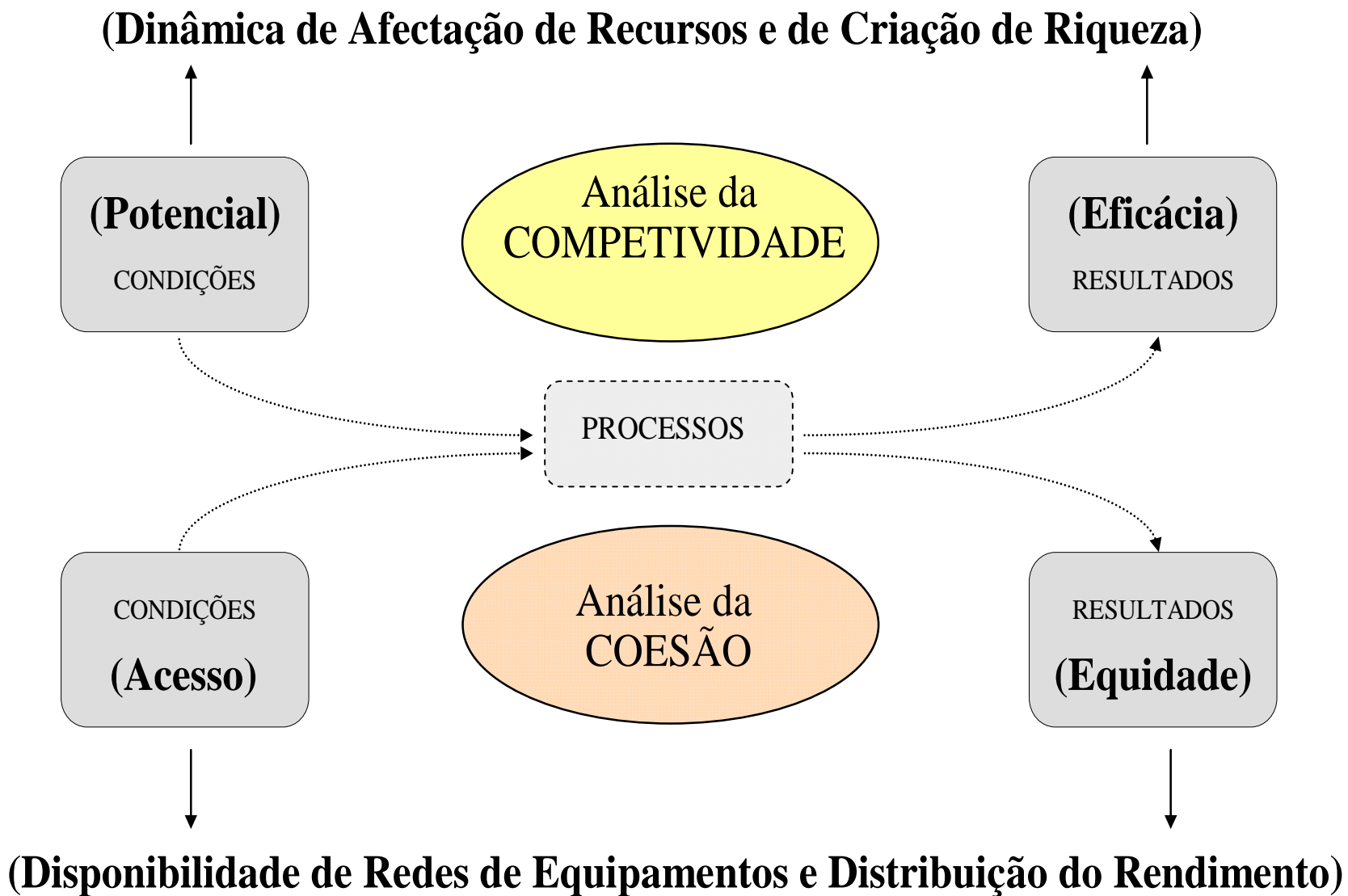
# I Parte - Metodologia

## O Desenvolvimento dos Conceitos e a construção do Índice Sintético de Competitividade e Coesão Territorial

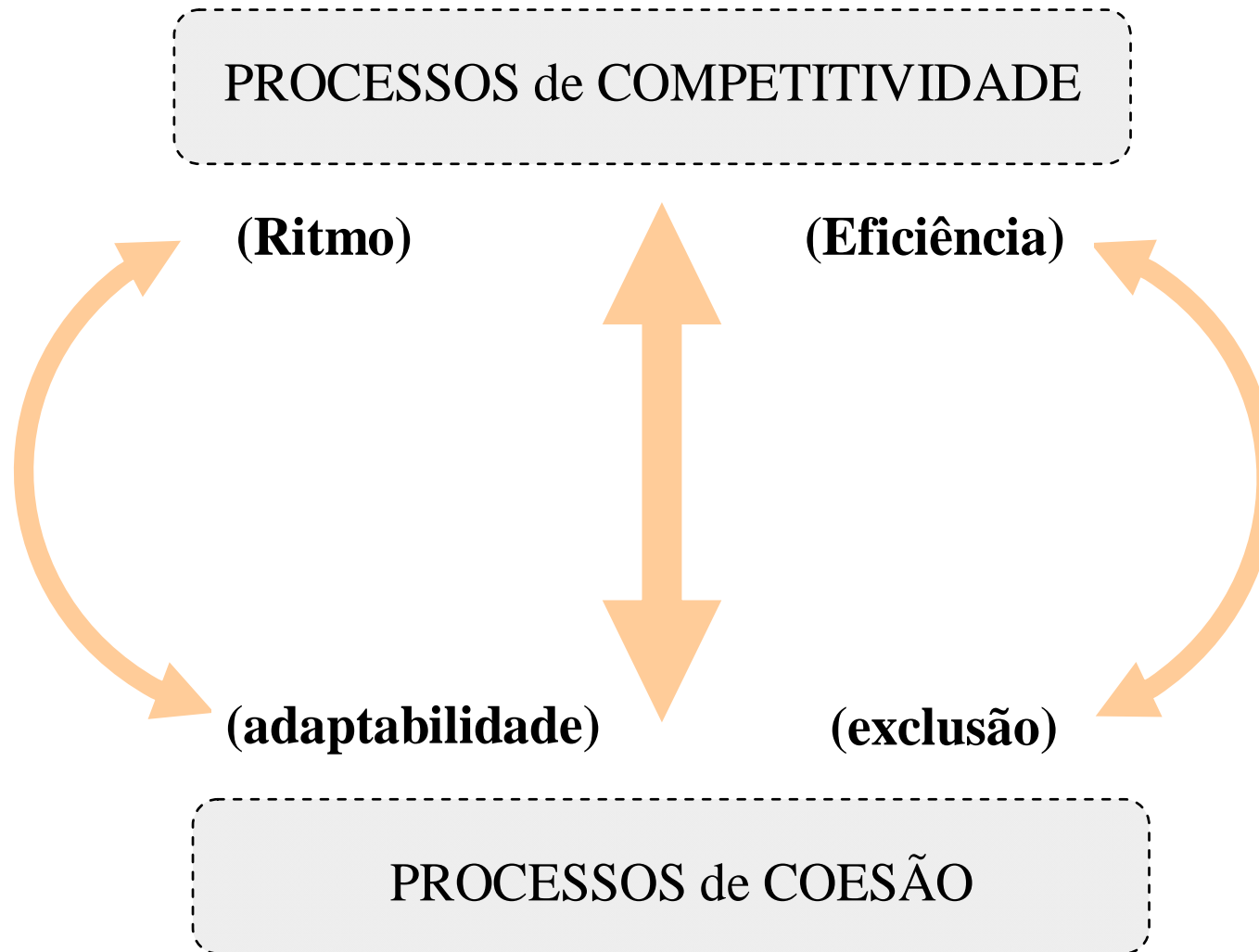
---



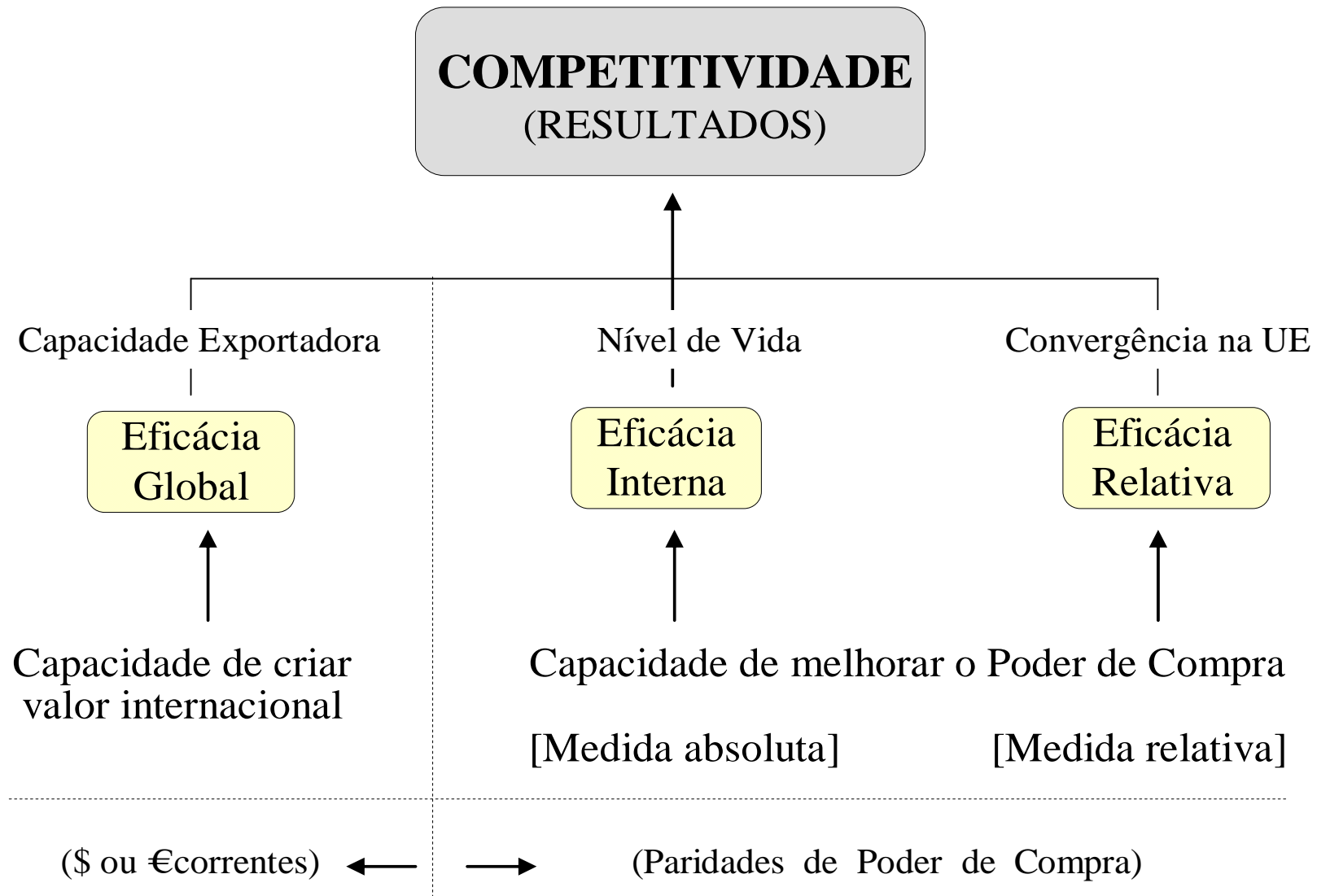
# Os Referenciais de Análise dos Resultados da Competitividade e da Coesão



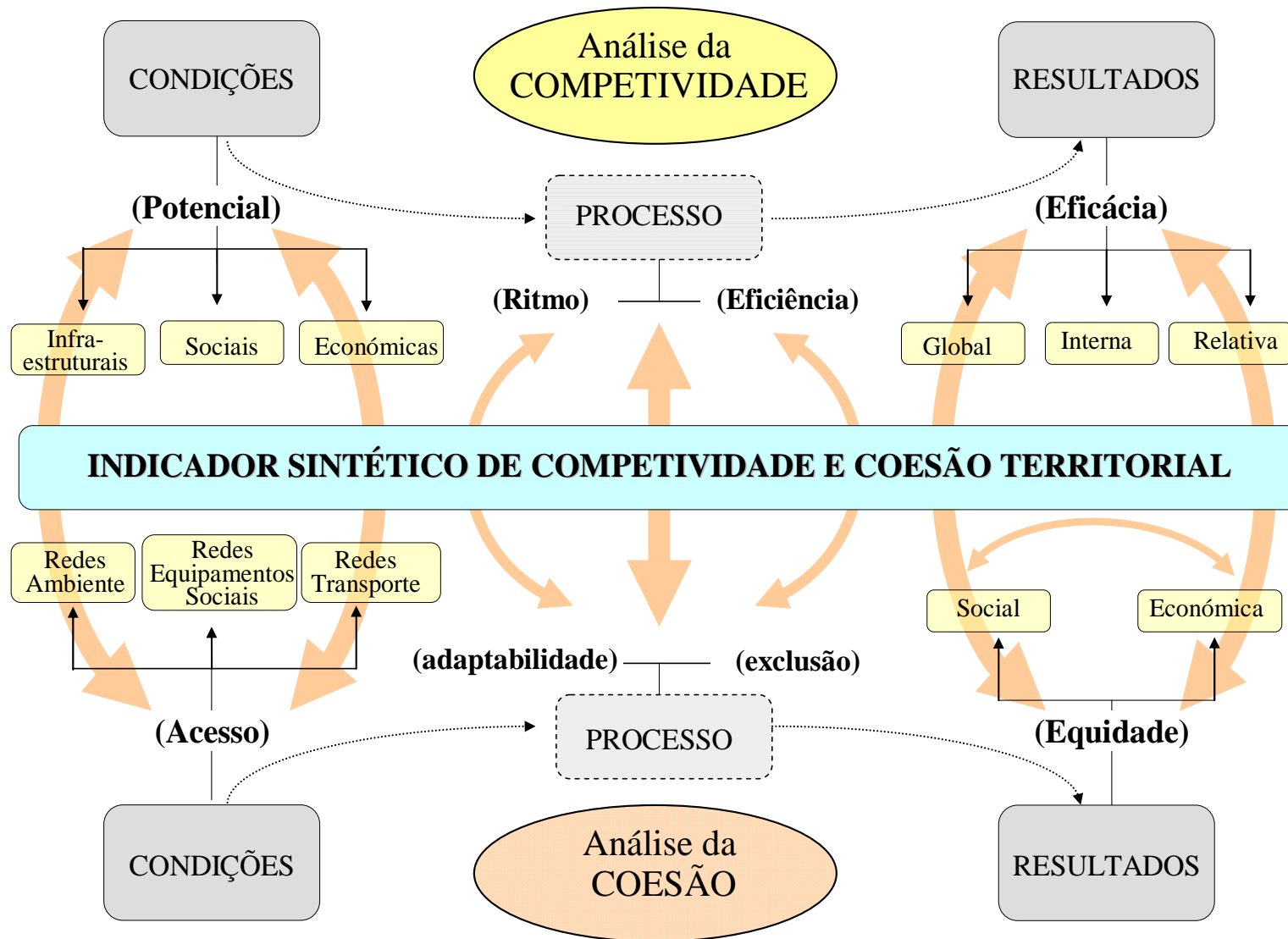
# A Articulação entre os Processos de Competitividade e de Coesão



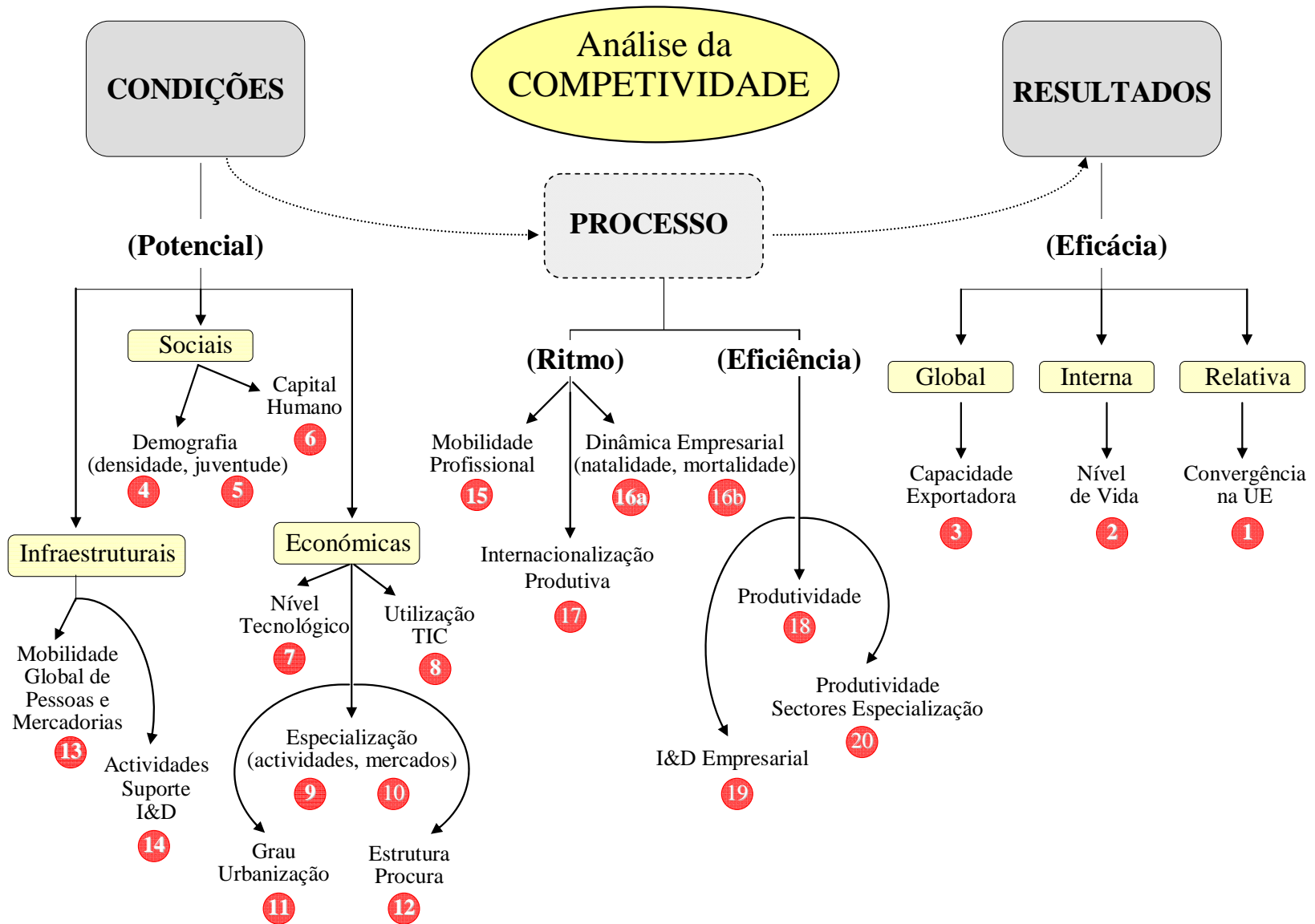
# O Detalhe do Referencial de Análise dos Resultados da Competitividade



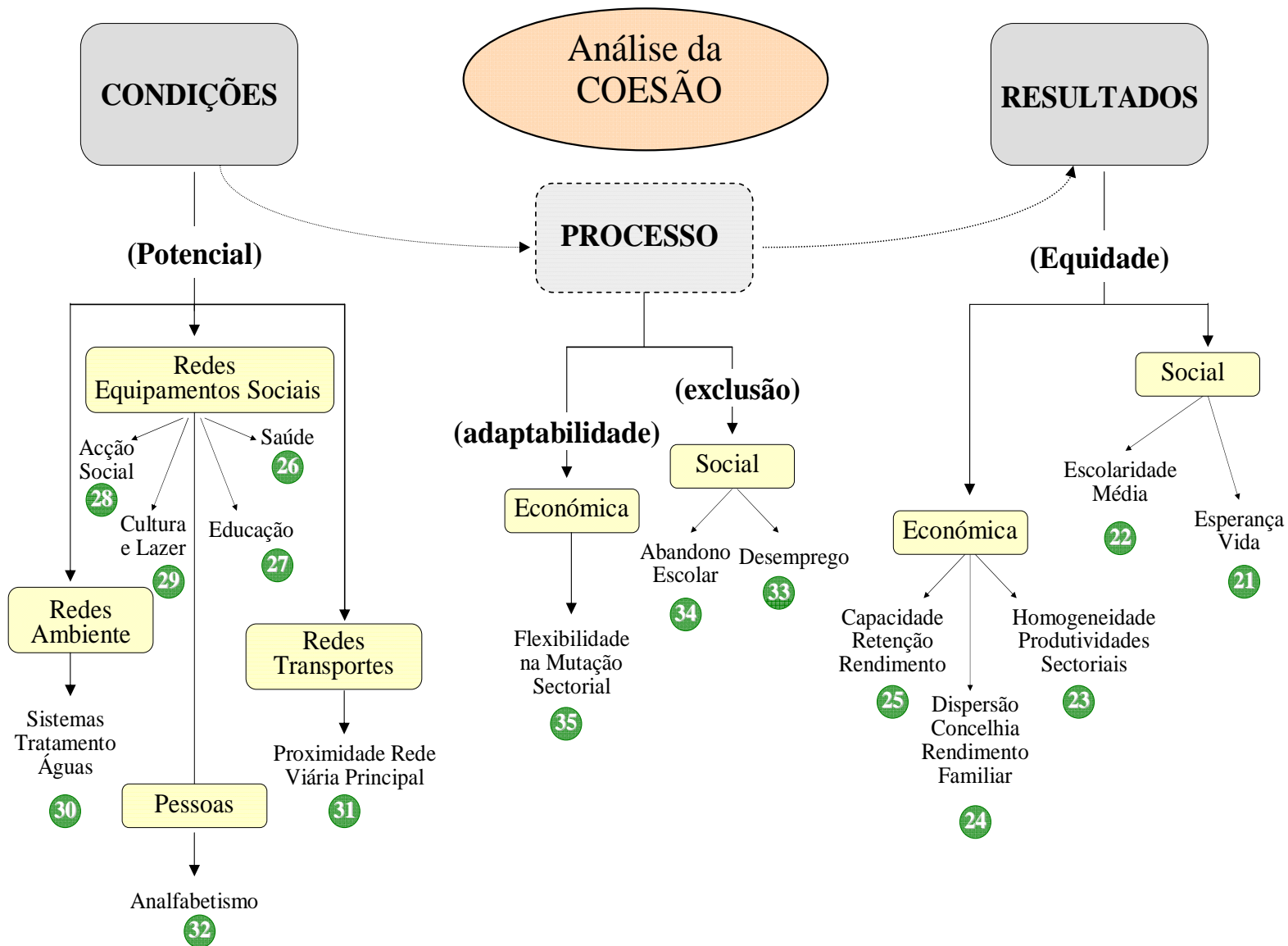
# A Lógica Global de Construção do Índice Sintético de Competitividade e Coesão Territorial



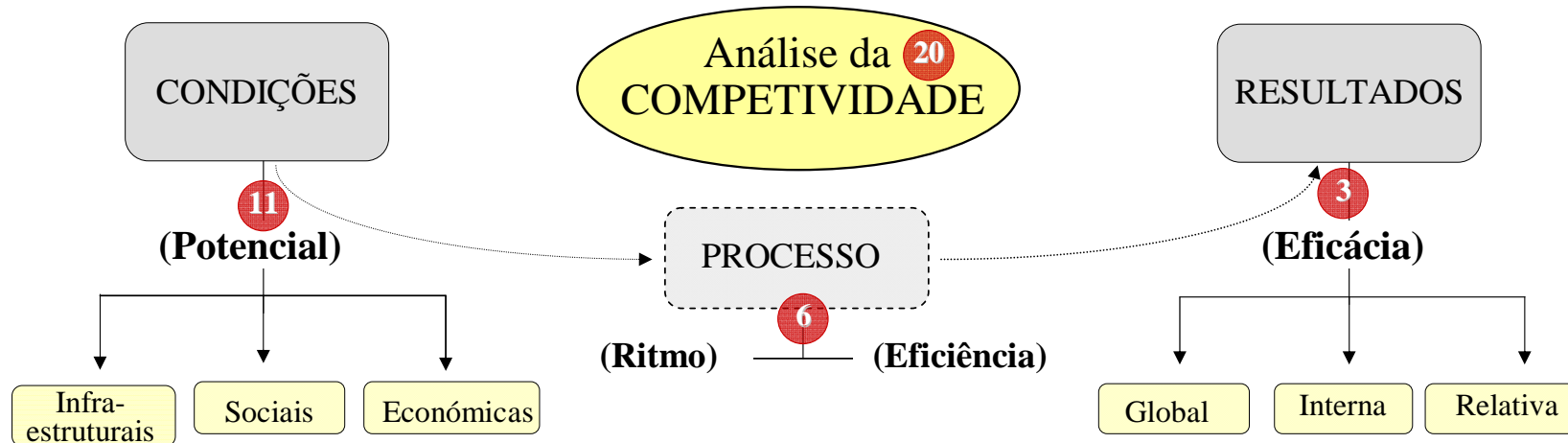
# O Desenvolvimento da Análise da Competitividade



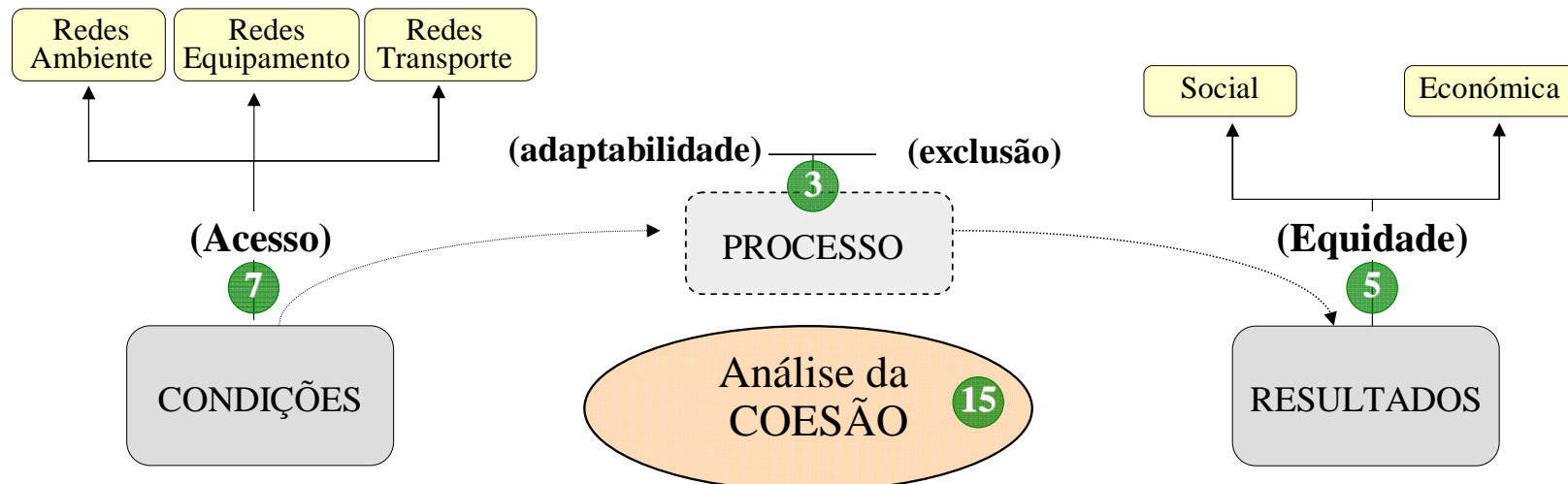
# O Desenvolvimento da Análise da Coesão Económica e Social



# A Distribuição dos Indicadores de Base por Níveis e Domínios de Análise



## INDICADOR SINTÉTICO DE COMPETIVIDADE E COESÃO TERRITORIAL



## II Parte - Resultados da Análise

A Convergência de Longo Prazo na Europa Alargada  
A Competitividade e Coesão Territorial das Regiões Portuguesas  
(Posição e Dinâmica de Evolução 1991-95 → 2000-02)

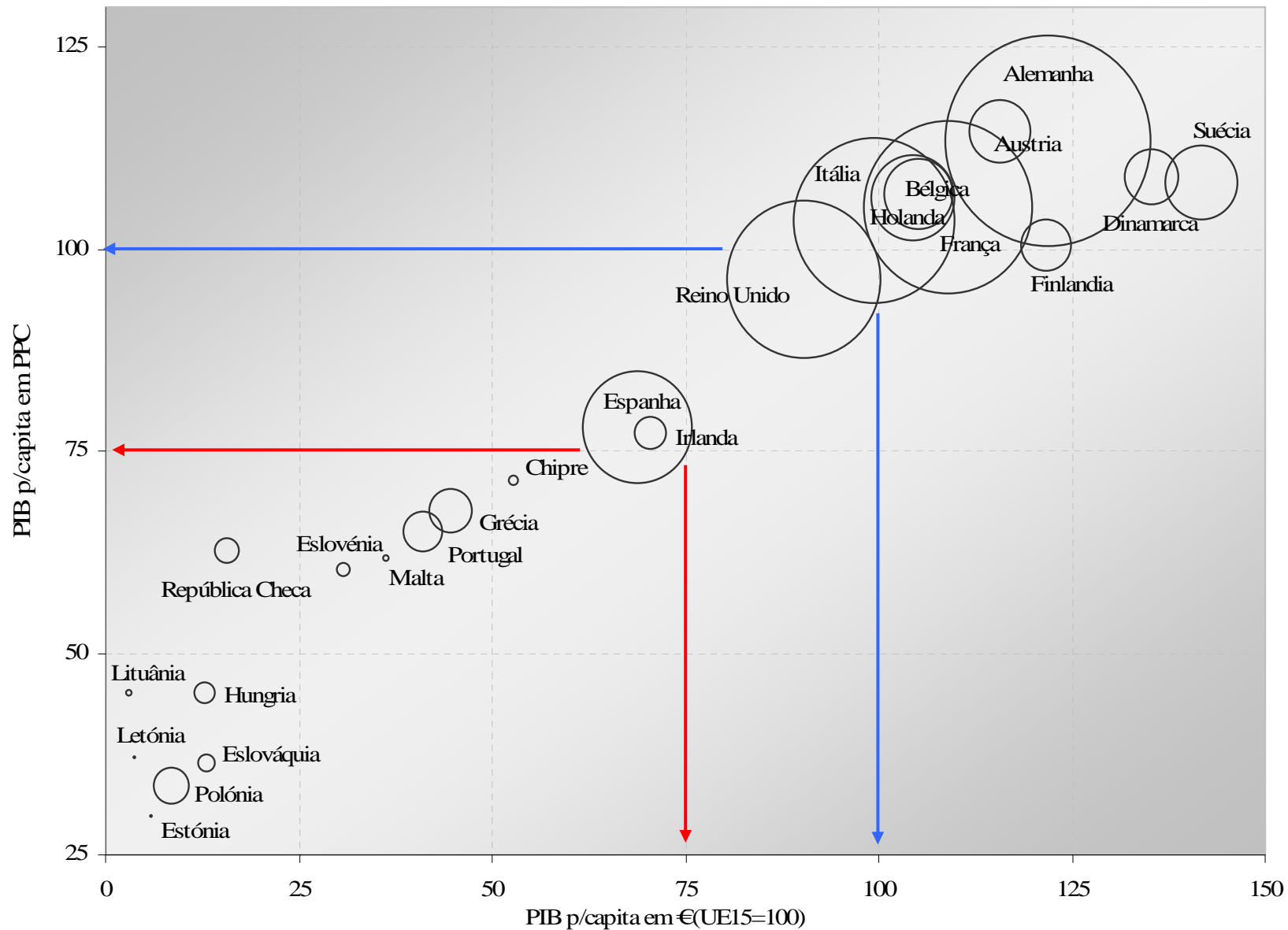
---



**As Grandes Conclusões da Análise  
da Análise de Longo Prazo  
da Convergência Económica  
na União Europeia Alargada**

# As Economias Nacionais na Europa Alargada

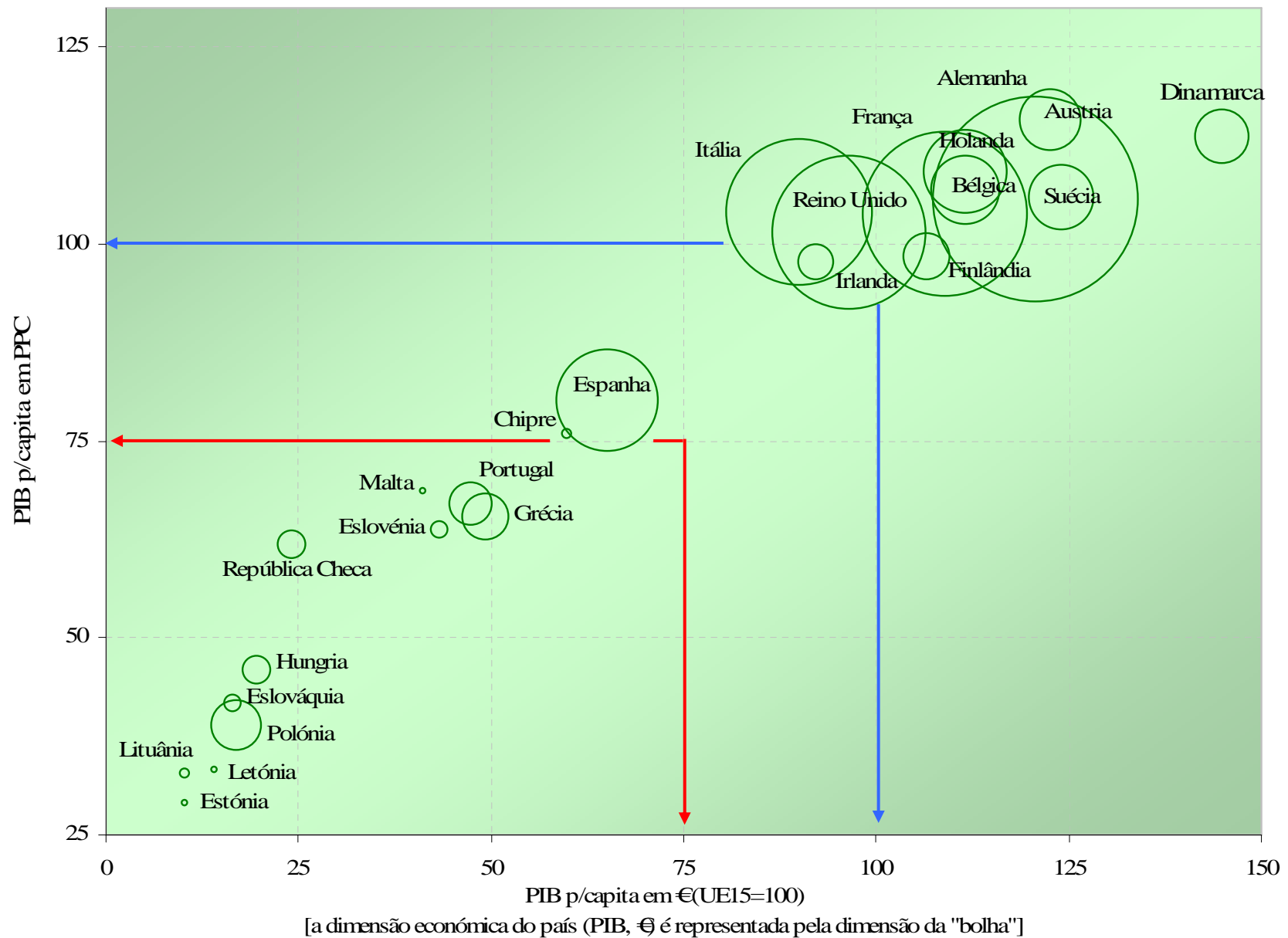
(PIB per capita, UE-15 = 100, período do QCA I - 1989-1993)



[a dimensão económica do país (PIB, €) é representada pela dimensão da "bolha"]

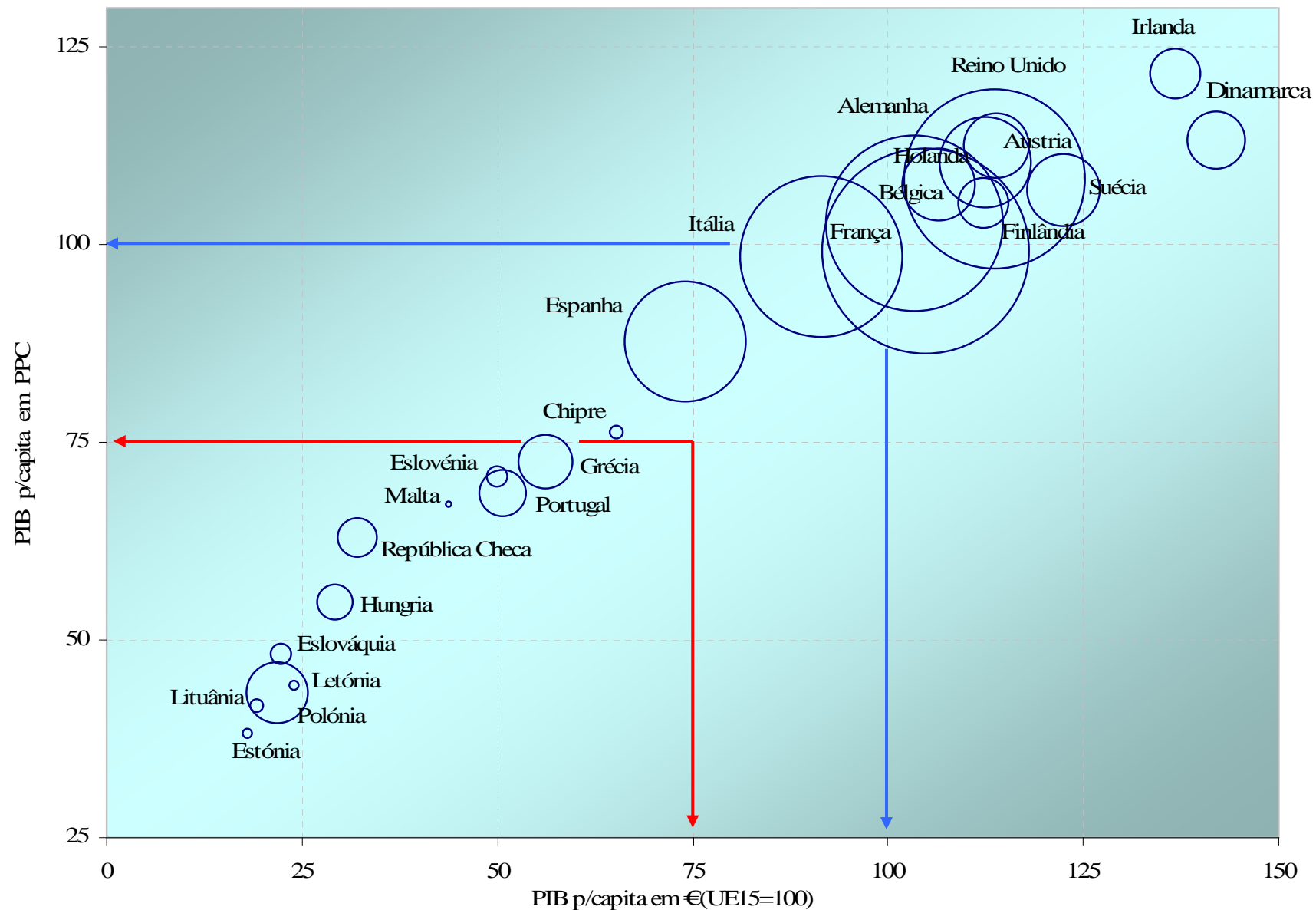
# As Economias Nacionais na Europa Alargada

(PIB per capita, UE-15 = 100, período do QCA II - 1994-1999)



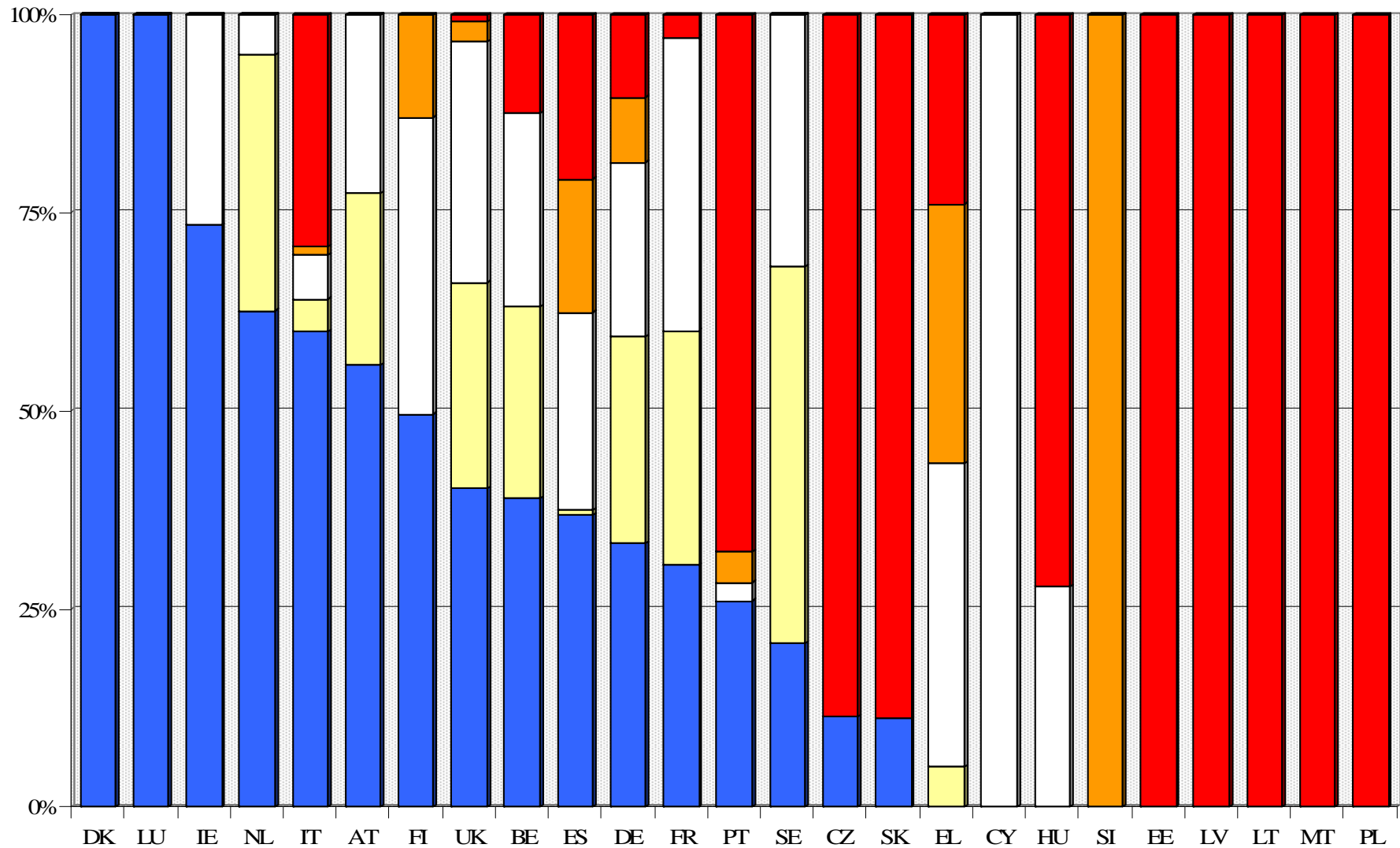
# As Economias Nacionais na Europa Alargada

(PIB per capita, UE-15 = 100, período do QCA III - 2000-2006)



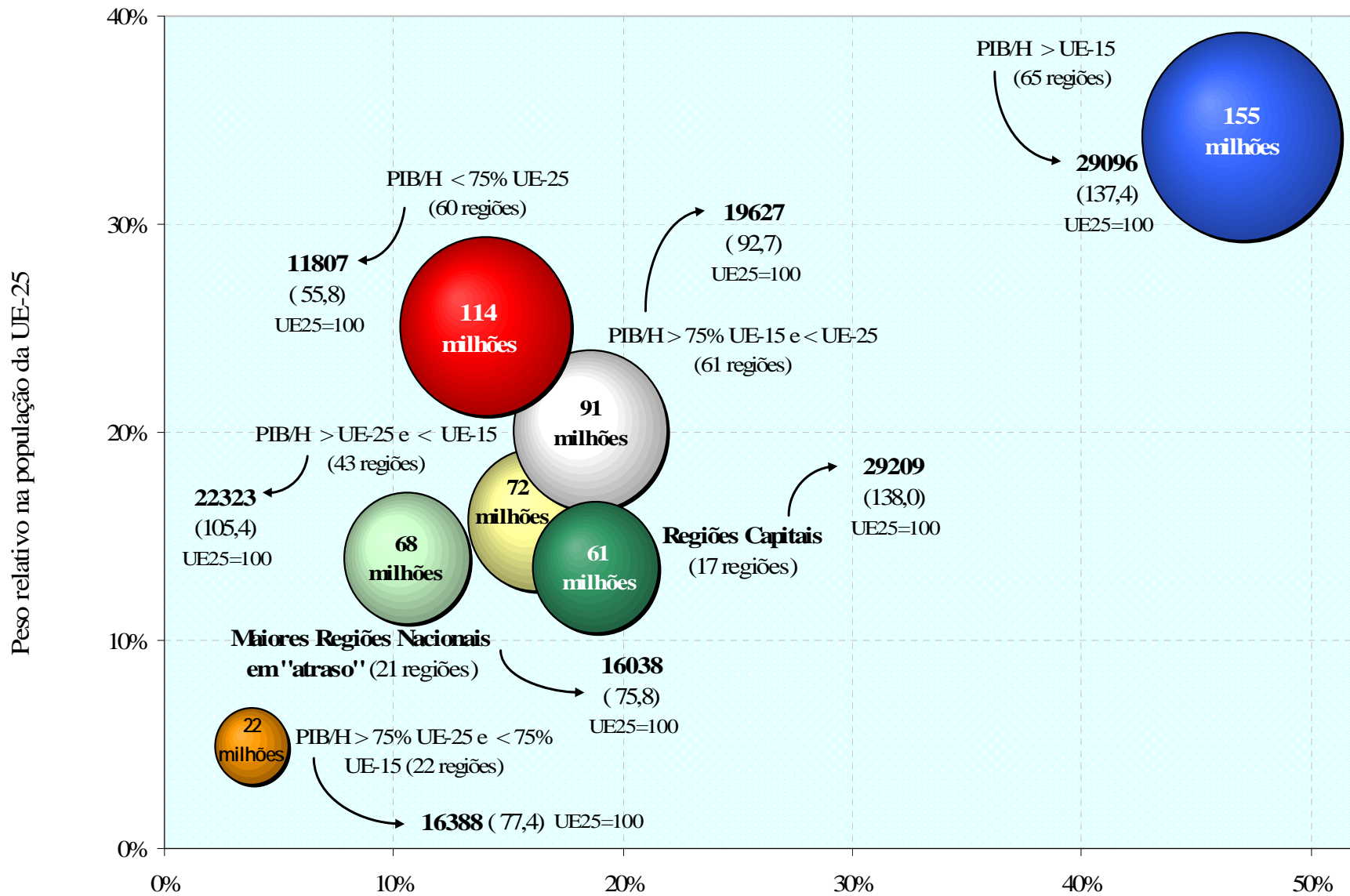
[a dimensão económica do país (PIB, €) é representada pela dimensão da "bolha"]

# A Combinação Nacional dos Níveis de Desenvolvimento Regional (Peso das Regiões por Nível de PIB per capita em % da População, 2002)



■ PIBpc > UE15 
 ■ PIBpc > UE25 e < UE15 
 ■ PIBpc > 75% UE 15 e < UE25 
 ■ PIBpc > 75% UE25 e < 75% UE15 
 ■ PIBpc < 75% UE25

# O Nível de Vida nas Regiões na Europa Alargada (População e PIB per capita, 2002)

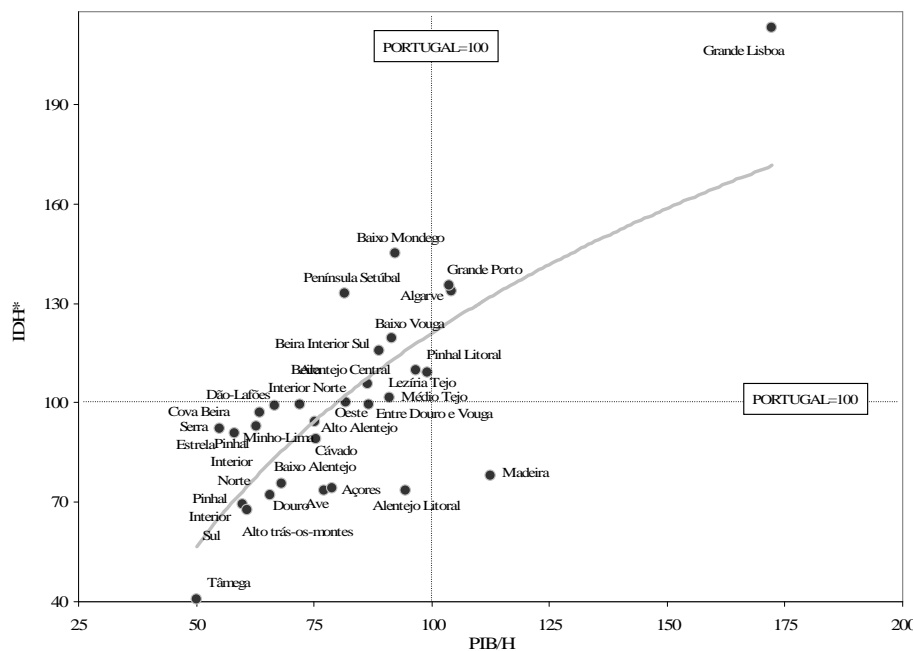


Peso relativo no PIB da UE-25 em PPC  
[a população de cada grupo de regiões é representada pela dimensão da "bolha"]

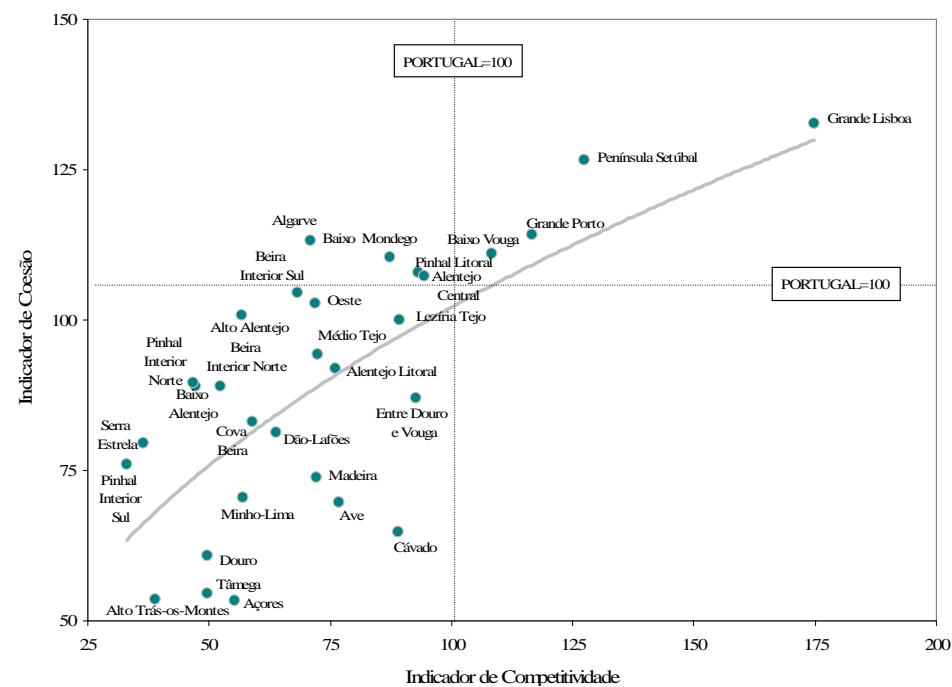
**As Grandes Conclusões da Análise  
da Competitividade Territorial  
e da Coesão Económica e Social  
das Regiões Portuguesas**

# Os Ganhos da Aplicação da Metodologia do ISCCT (Maior Capacidade de Discriminação face ao IDH, Resolução dos Erros de Avaliação da óptica do PIB per capita)

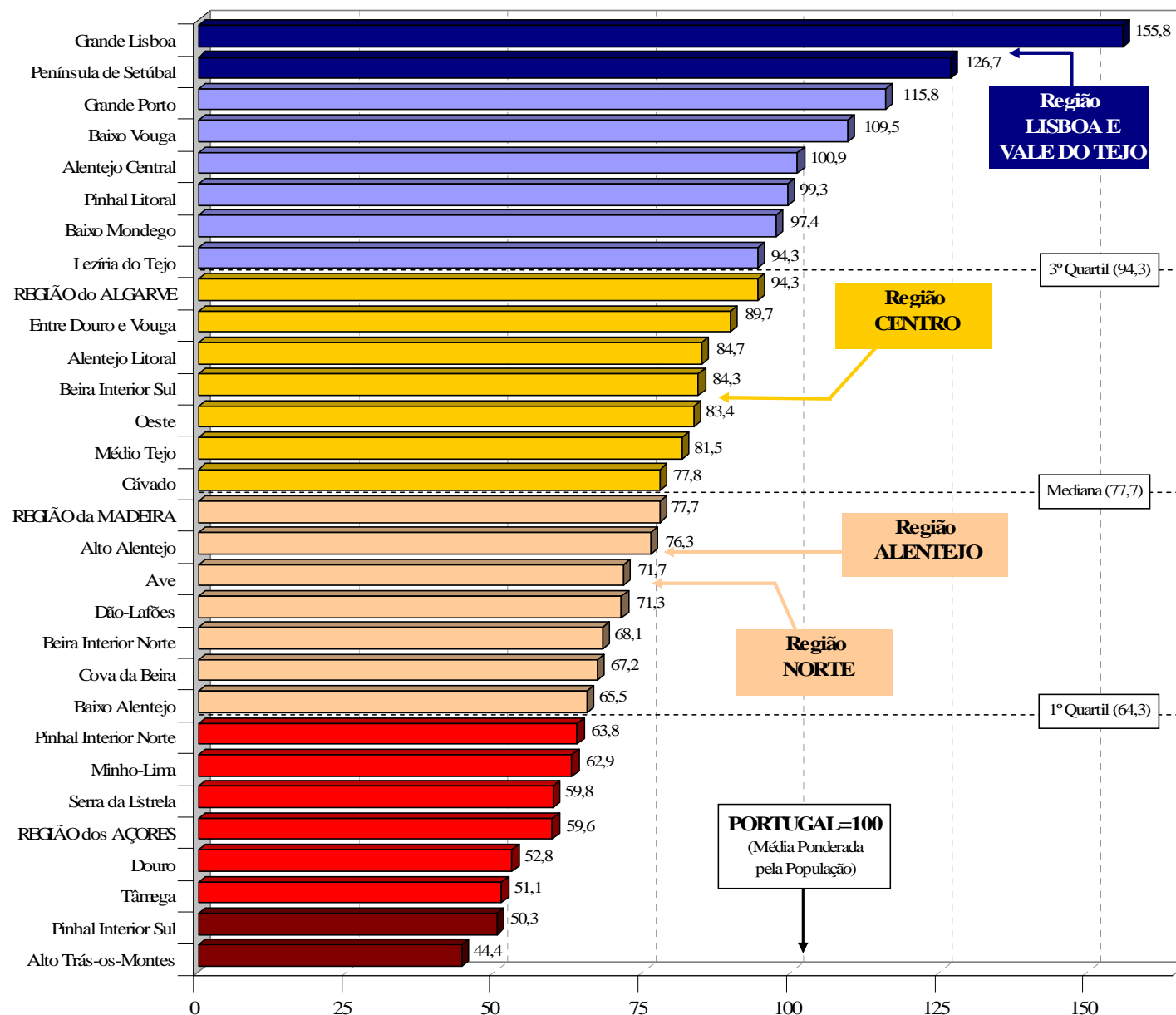
## A Visão “Tradicional”



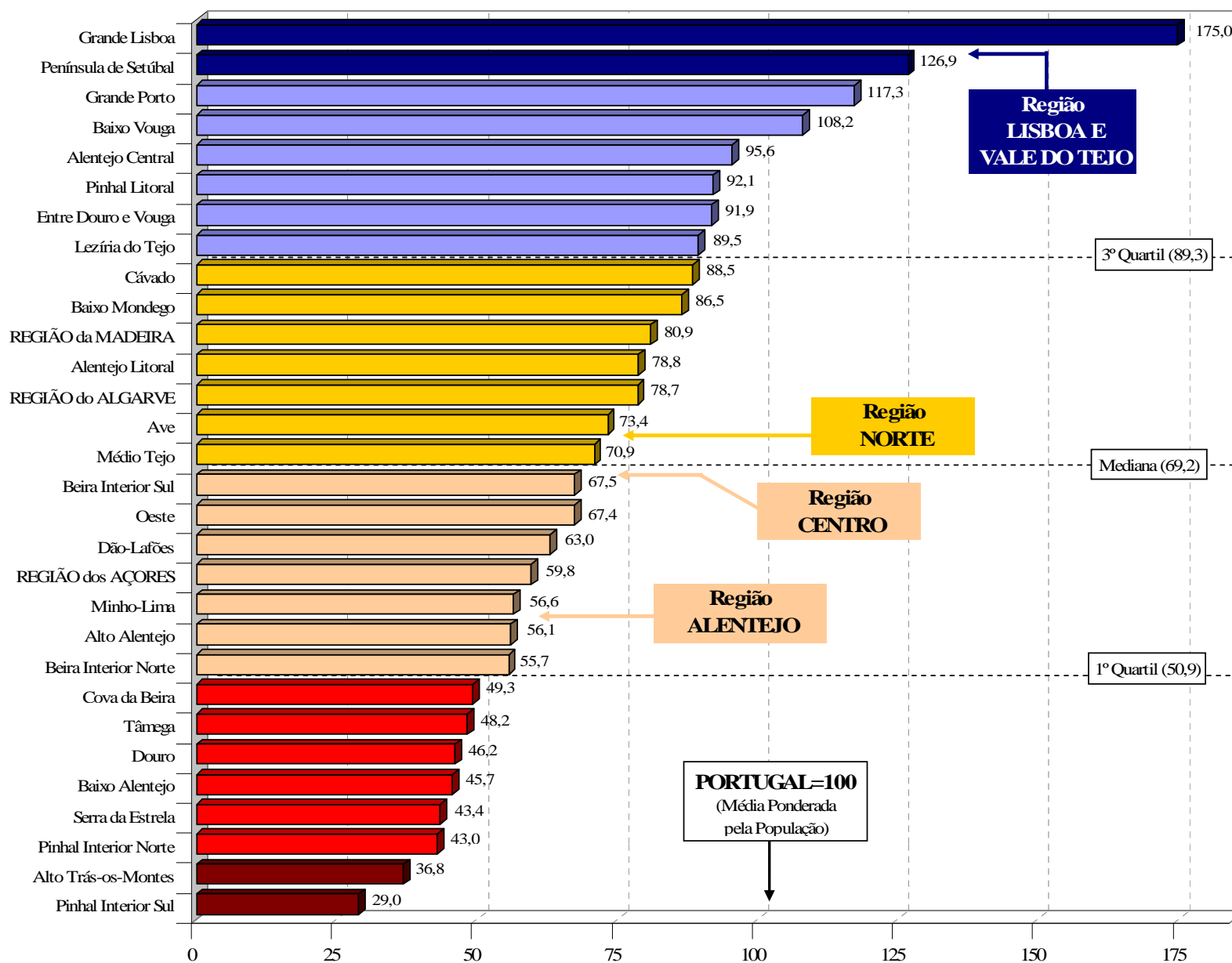
## A Visão “Renovada”



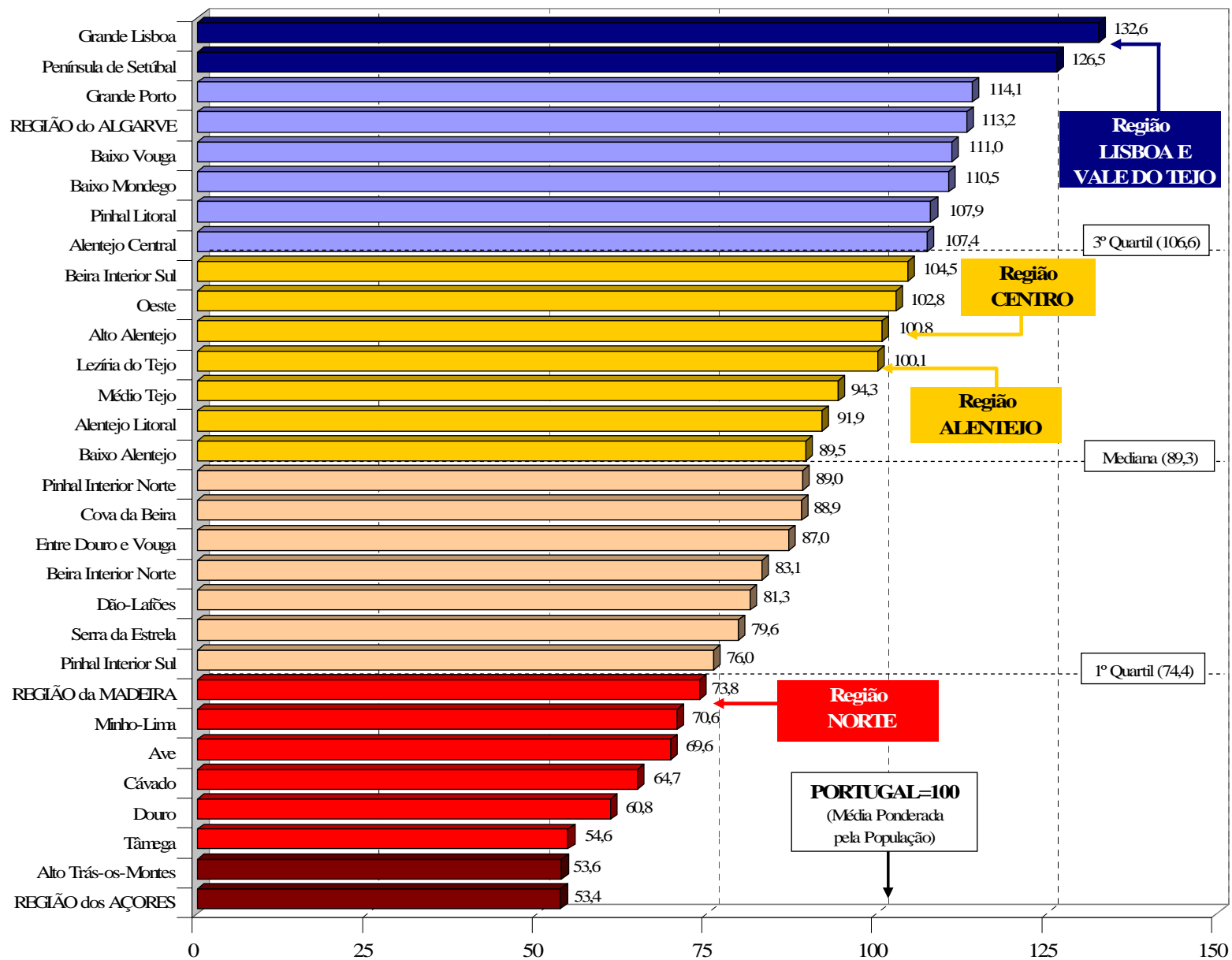
# A Competitividade e Coesão Territorial das Regiões Portuguesas (os rankings globais no índice sintético em 2000-2002)



# A Competitividade das Regiões Portuguesas (os rankings globais no índice sintético em 2000-2002)

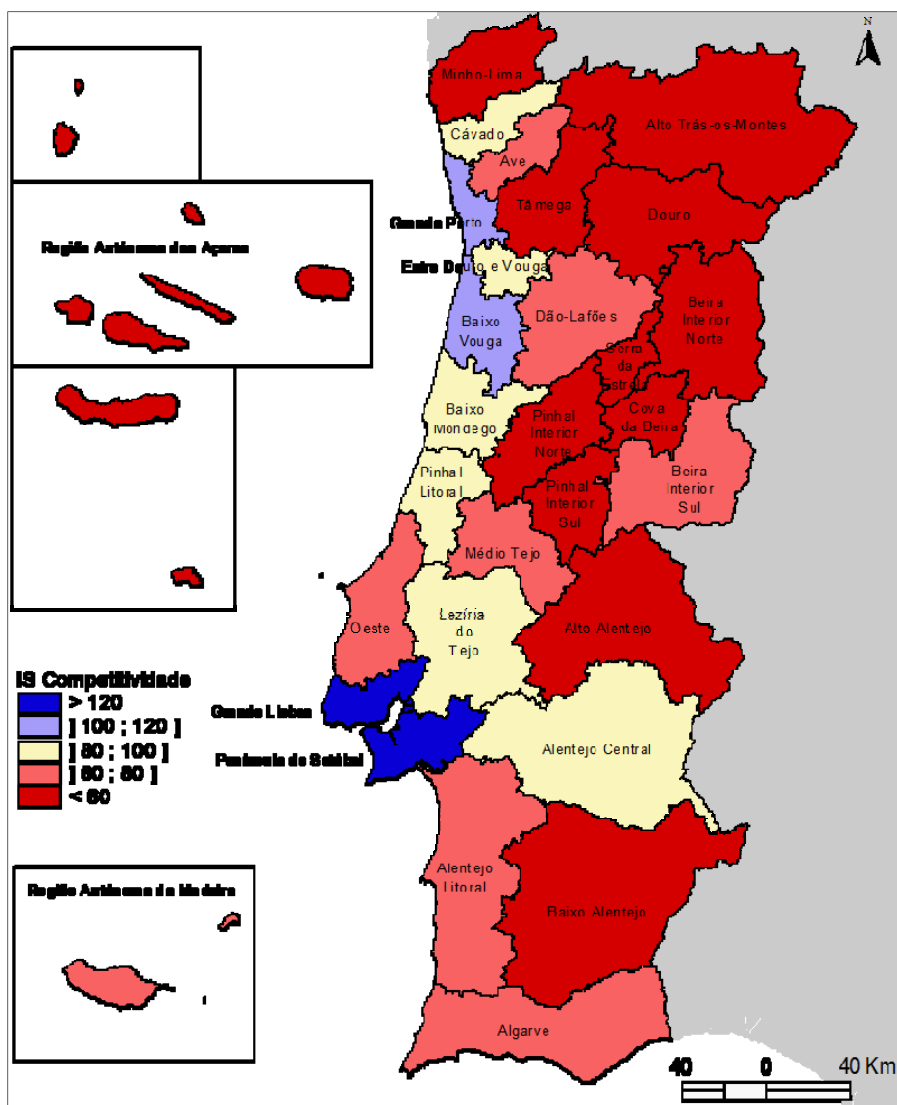


# A Coesão das Regiões Portuguesas (os rankings globais no índice sintético em 2000-2002)

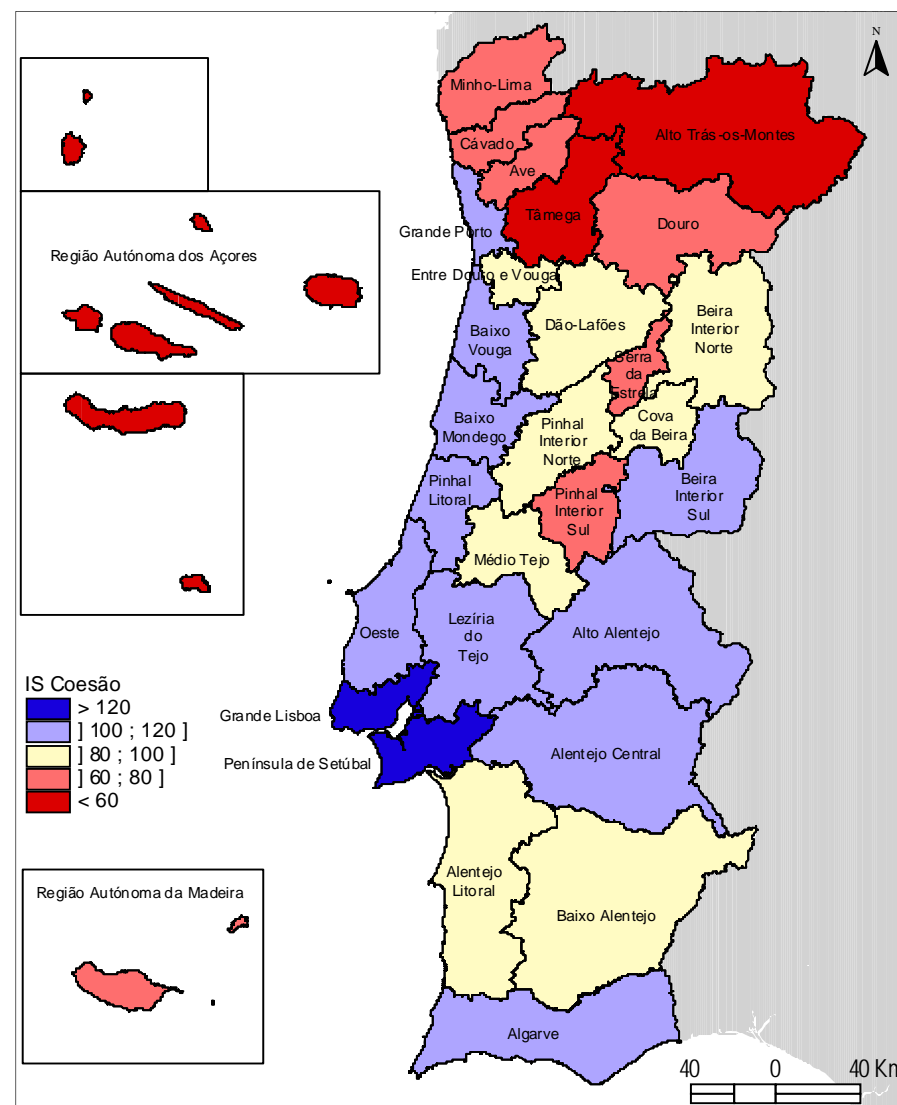


# Os “Mapas” da Competitividade e da Coesão das Regiões Portuguesas (índices sintéticos parciais em 2000-2002)

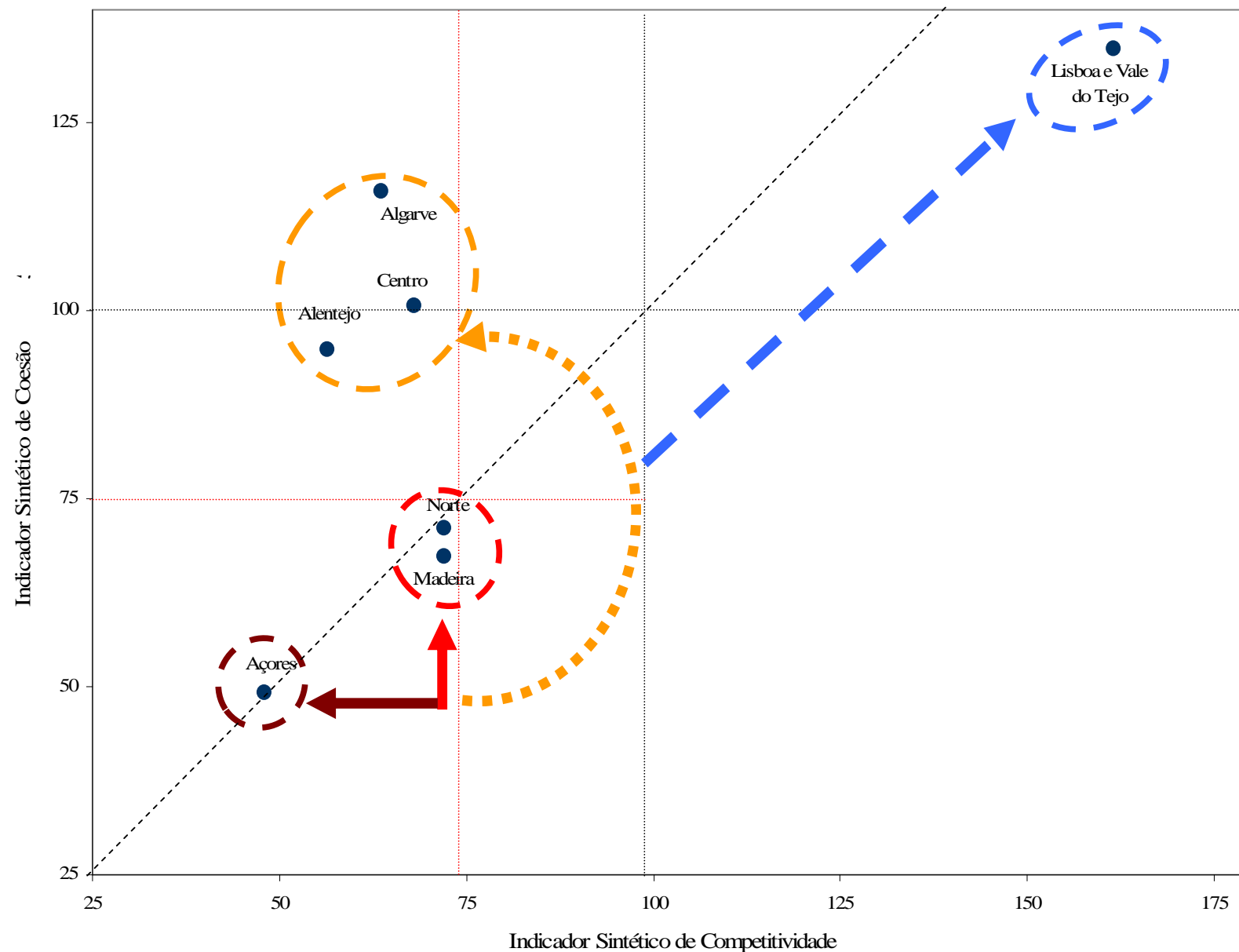
O “Mapa” da Competitividade



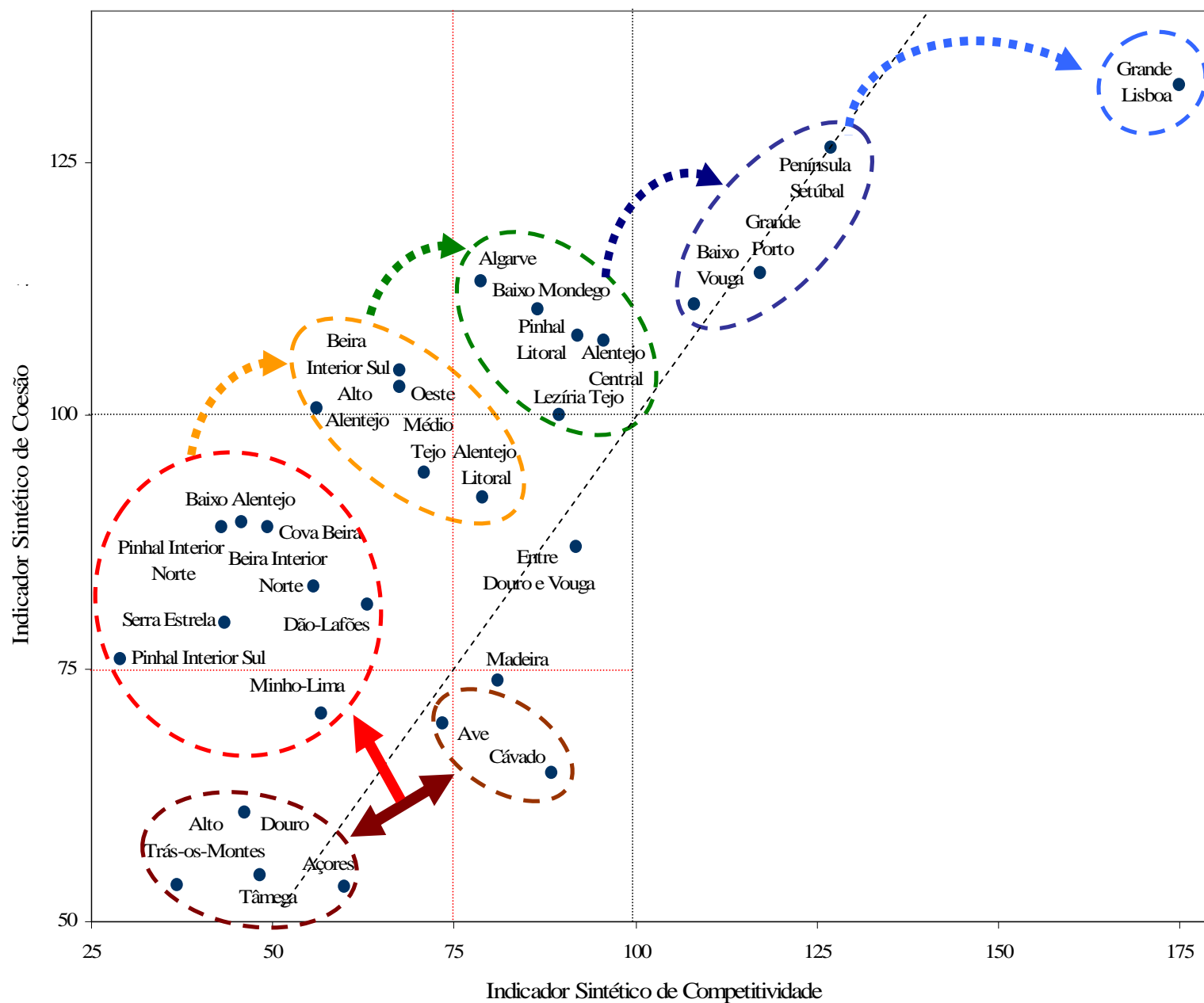
O “Mapa” da Coesão



# Competitividade e Coesão nas Regiões Portuguesas (NUTS II, 2000-2002)

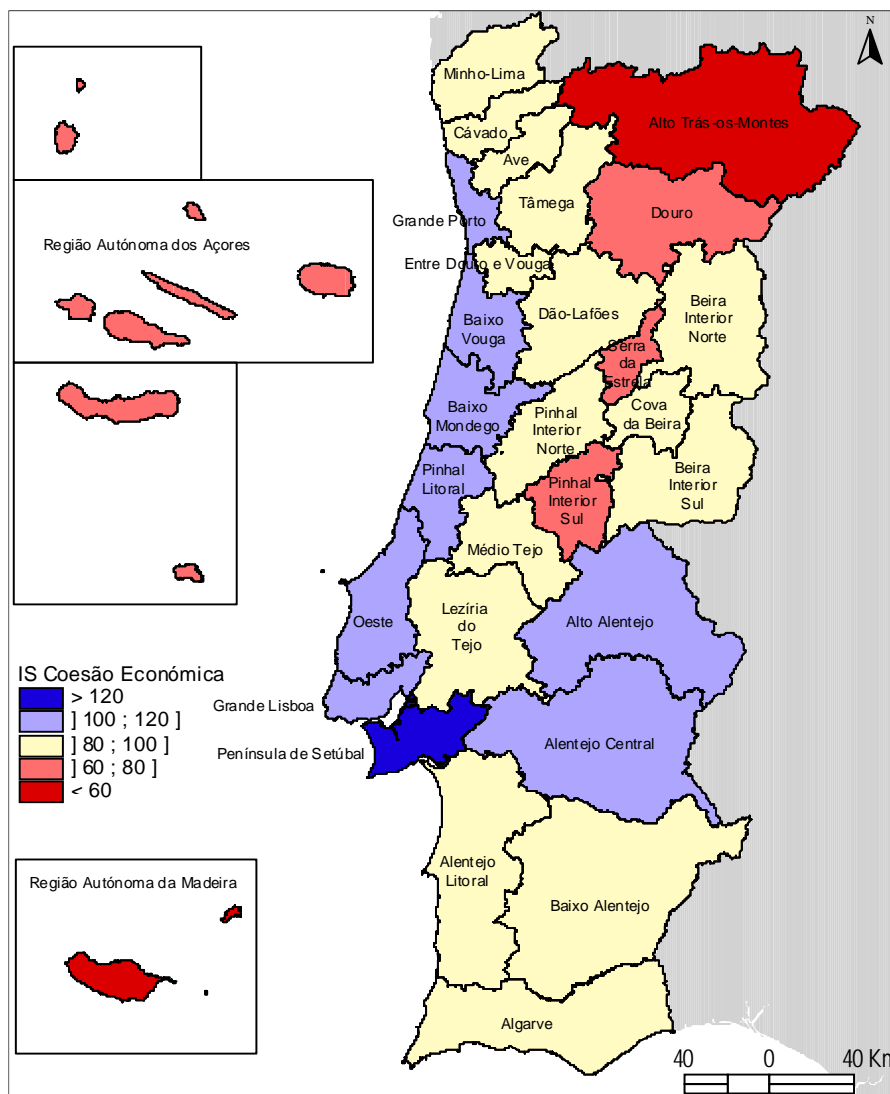


# Competitividade e Coesão nas Regiões Portuguesas (NUTS III, 2000-2002)

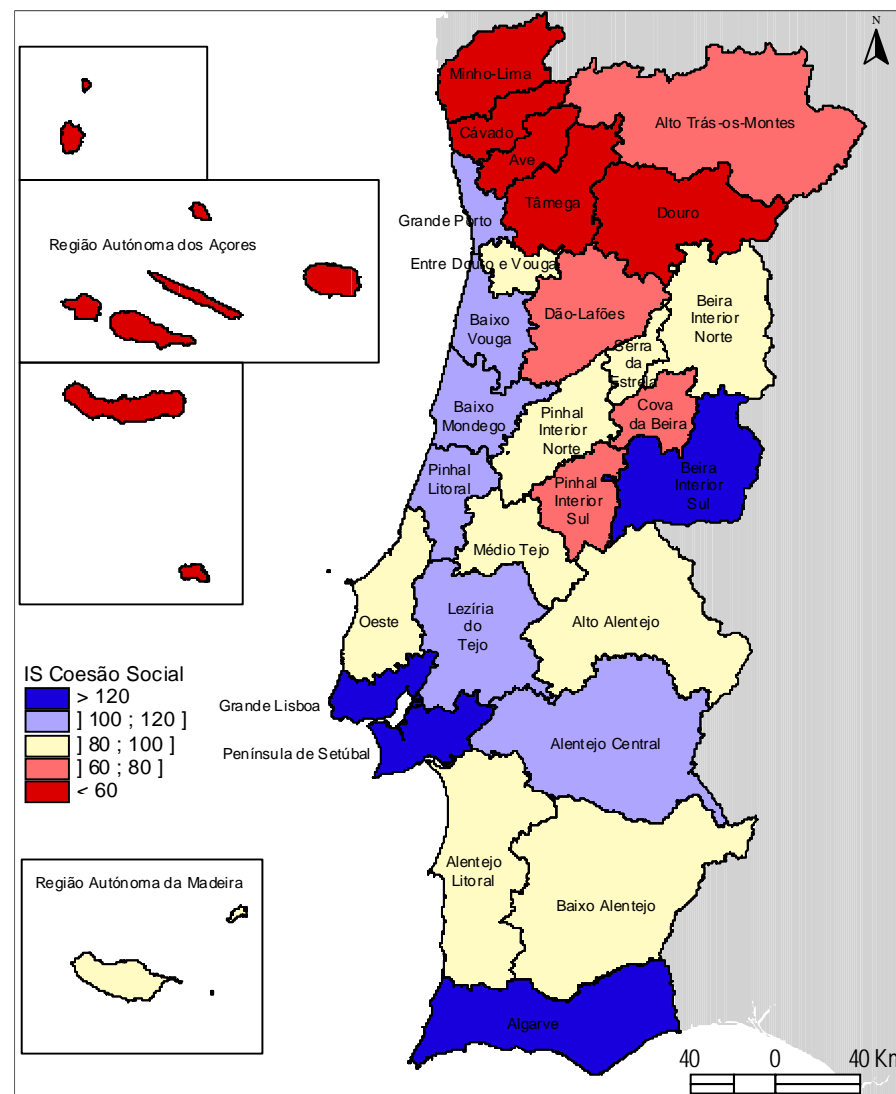


# Os “Mapas” da Coesão Económica e Social das Regiões Portuguesas (índices sintéticos parciais em 2000-2002)

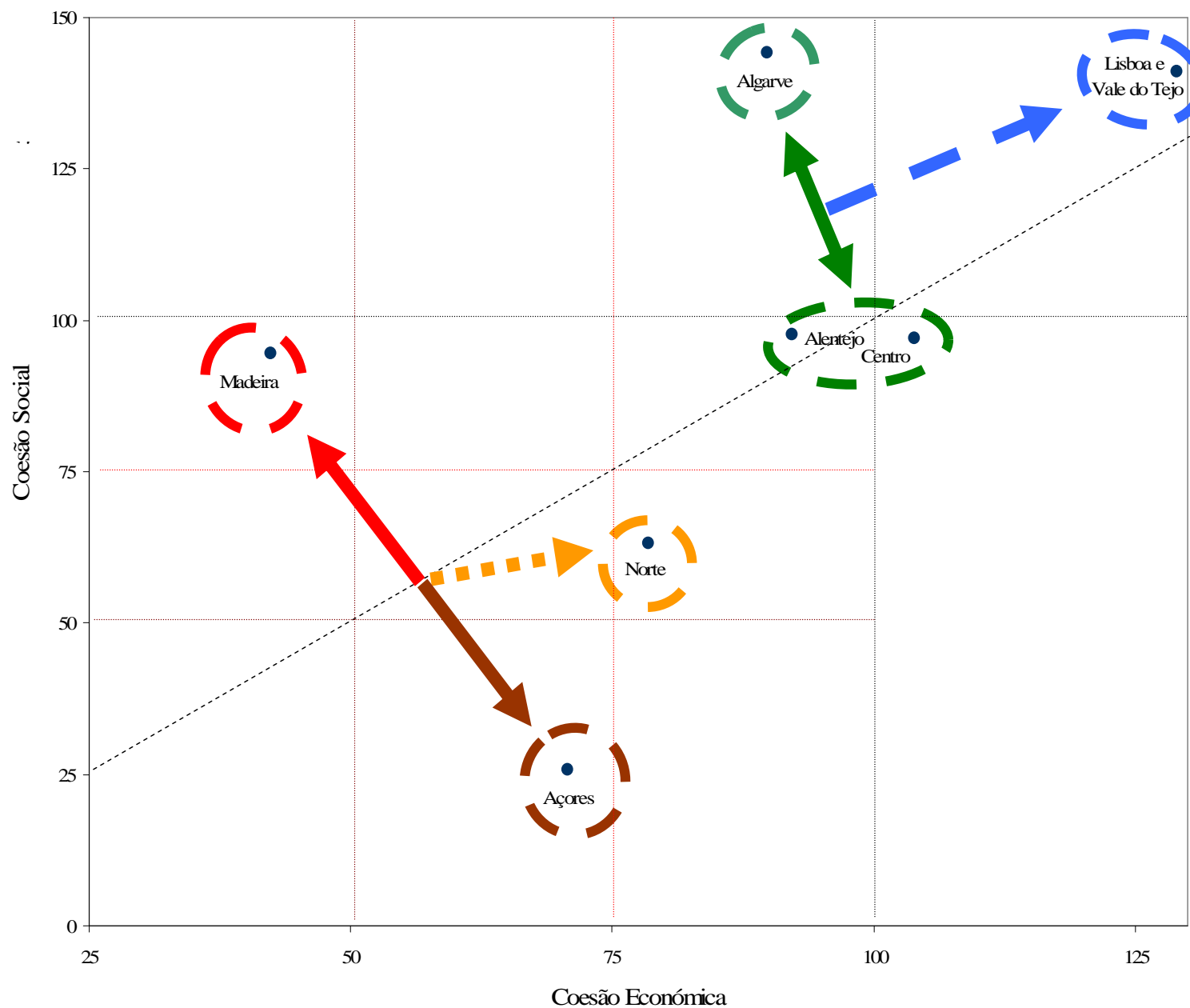
O “Mapa” da Coesão Económica



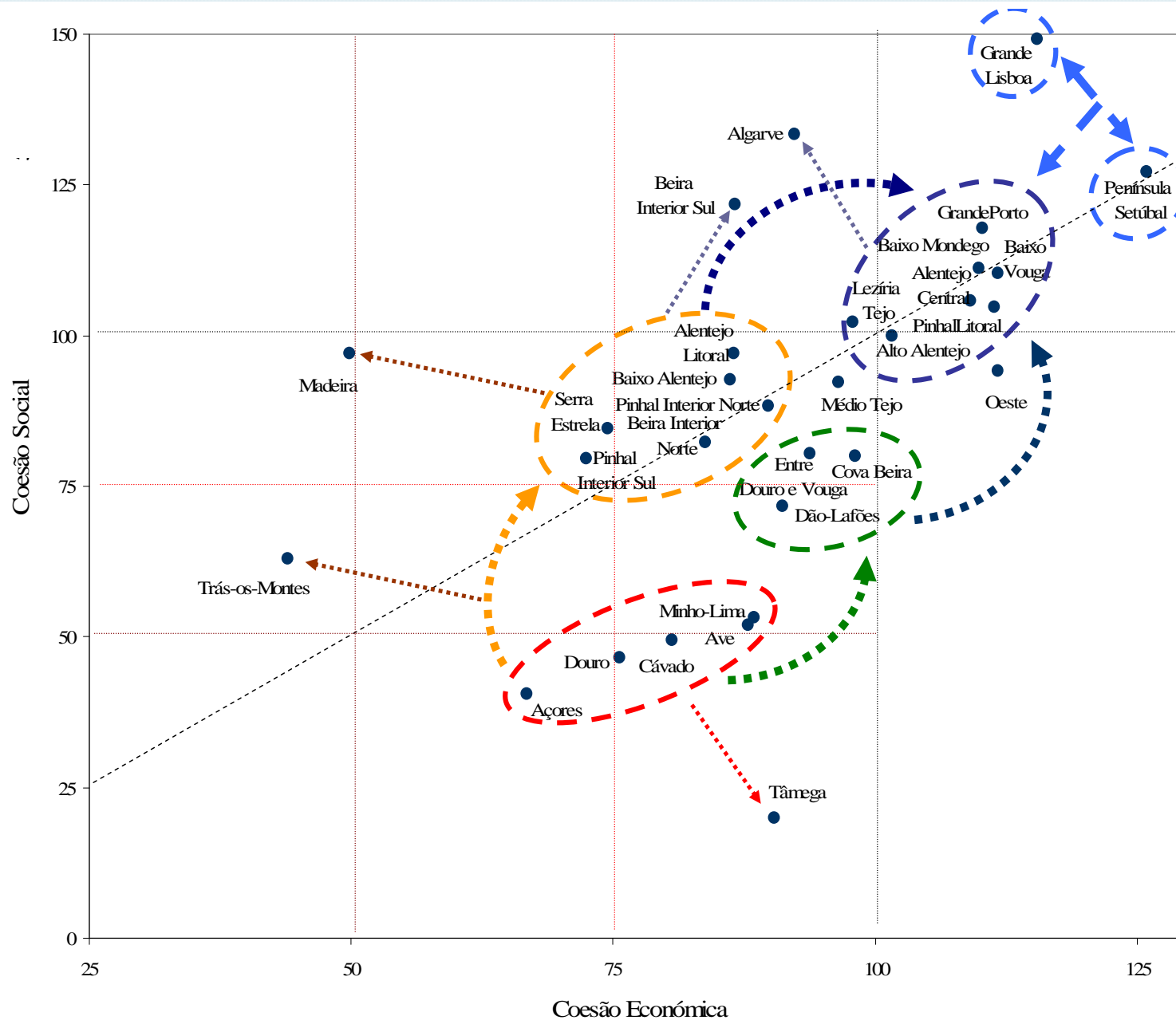
O “Mapa” da Coesão Social



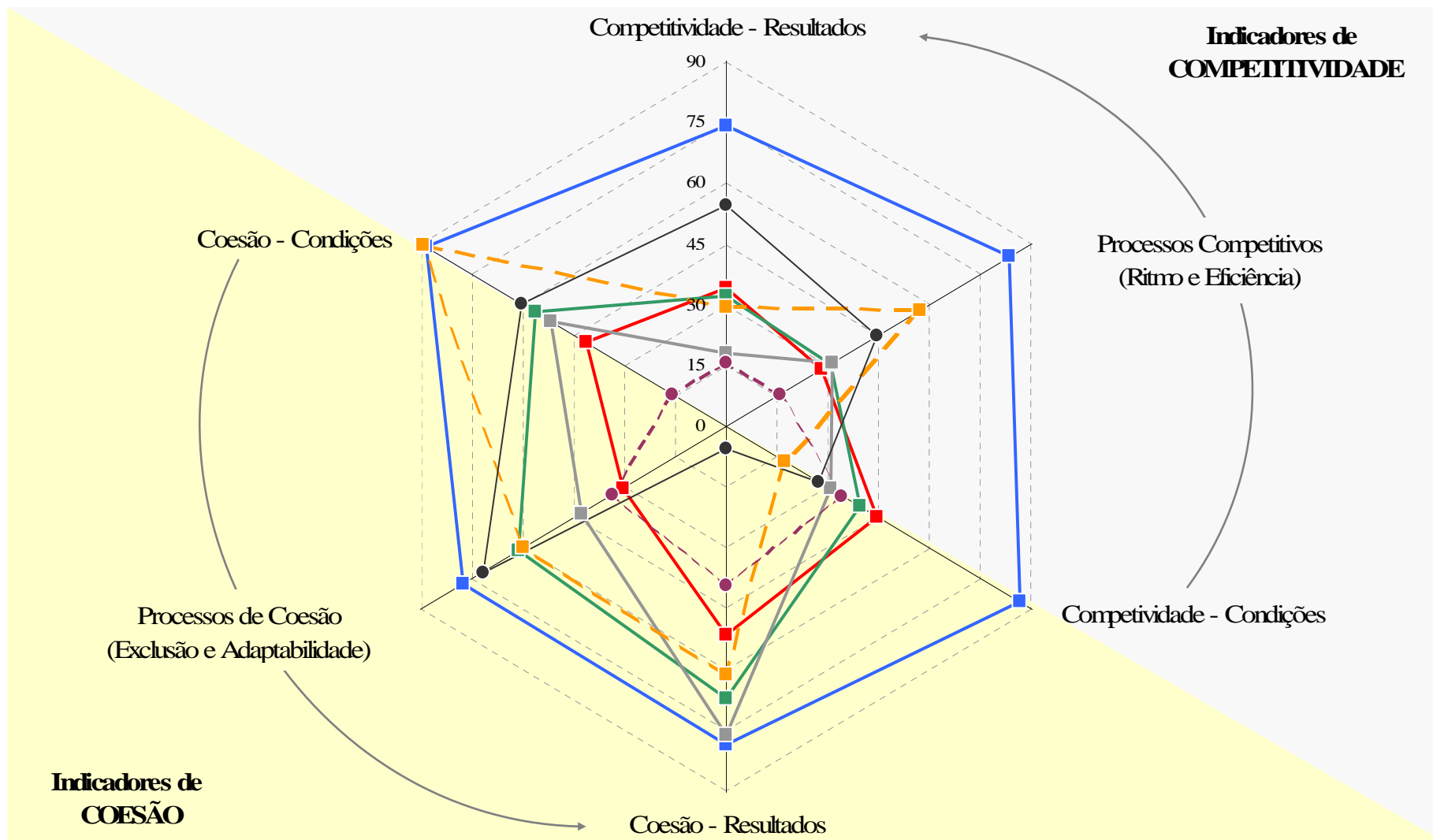
# Coesão Económica e Coesão Social nas Regiões Portuguesas (NUTS II, 2000-2002)



# Coesão Económica e Coesão Social nas Regiões Portuguesas (NUTS III, 2000-2002)

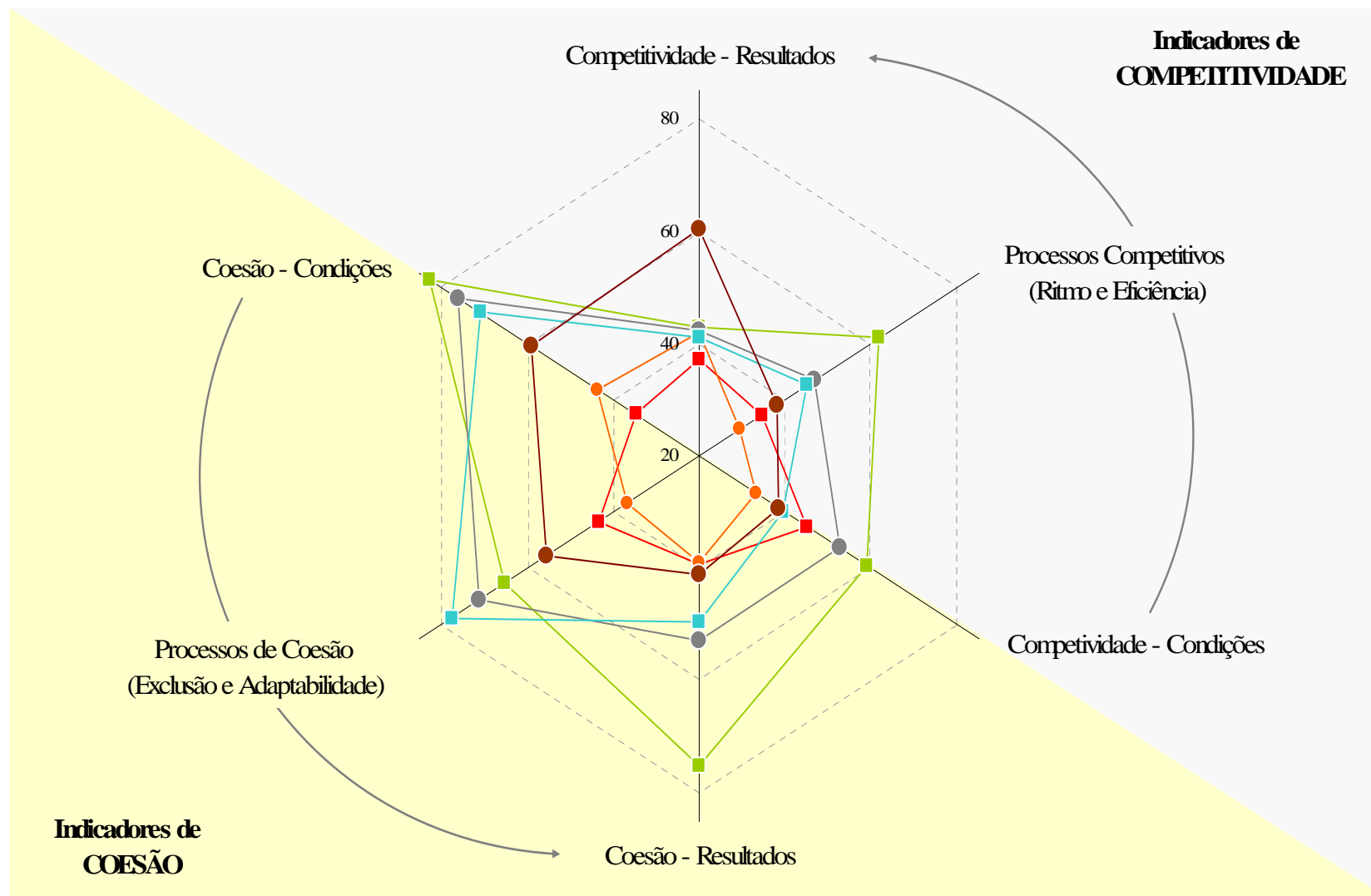


# Condições, Processos e Resultados da Coesão e da Competitividade (NUTS II, 2000-2002)



—■— Norte —■— Centro —■— Lisboa e Vale do Tejo —■— Alentejo —■— Algarve —●— Açores —●— Madeira

# Condições, Processos e Resultados da Coesão e da Competitividade (NUTS III, "Distritos Industriais", 2000-2002)

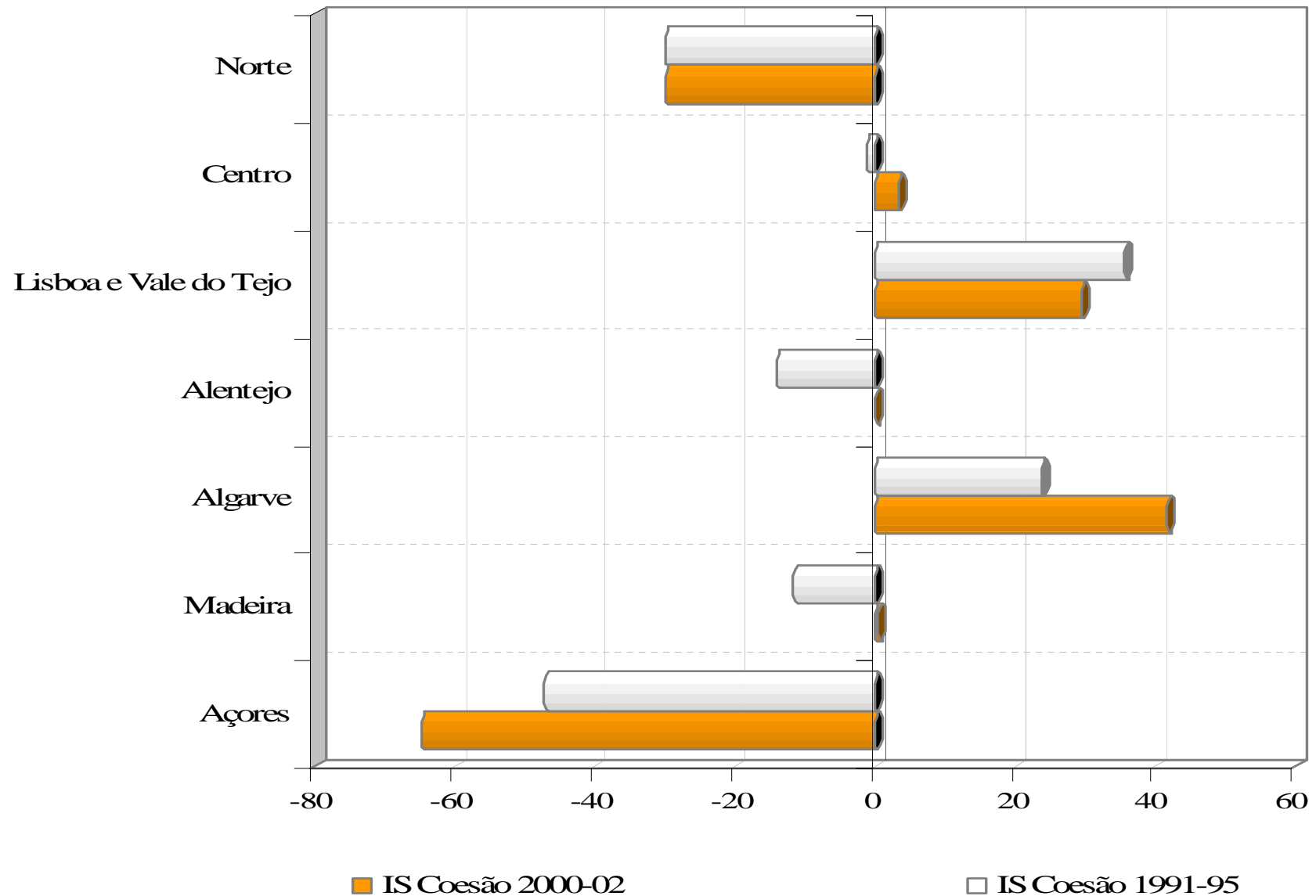


■ Cávado  
 ● Ave  
 ■ Península de Setúbal  
 ● Baixo Vouga  
 ■ Pinhal Litoral  
 ● Entre Douro e Vouga

**O Desempenho das Regiões Portuguesas  
numa Visão de Conjunto  
das Trajectórias de Evolução:  
Regiões “Ganhadoras” e “Perdedoras”**

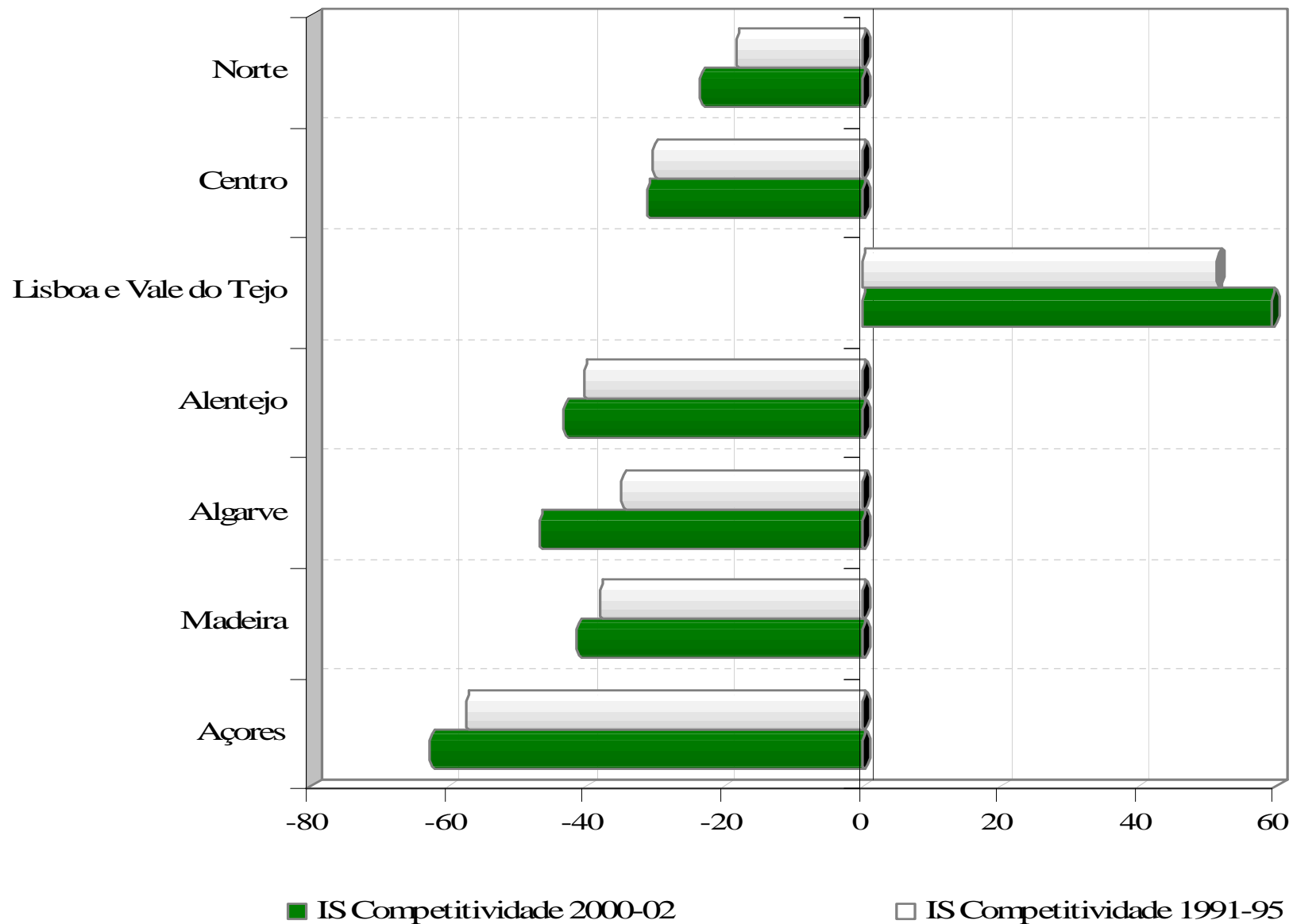
# COESÃO ECONÓMICA E SOCIAL

## Avanços e Recuos nas Regiões de Coordenação (1991-95 → 2000-2002)



# COMPETITIVIDADE

## Avanços e Recuos nas Regiões de Coordenação (1991-95 → 2000-2002)



# Competitividade e Coesão Territorial

## As Regiões “Ganhadoras” e “Perdedoras” (1991-95 → 2000-2002)

<i>Evolução</i>	<i>Posição Específica</i>	<i>Regiões</i>
<b>PROGRESSO</b> (14 regiões)	<b>“Avançando” (3)</b> <i>(Reforçando uma posição acima da média)</i>	Grande Lisboa, Península de Setúbal e Baixo Vouga
	<b>“Emergindo” (2)</b> <i>(Mudando a posição, de abaixo para acima da média)</i>	Pinhal Litoral, Alentejo Central
	<b>“Recuperando atraso” (9)</b> <i>(Melhorando uma posição abaixo da média)</i>	Minho-Lima, Ave, Douro, Alto Trás-os-Montes, Entre Douro e Vouga, Beira Interior Norte, Serra da Estrela, Oeste e Médio Tejo
<b>RETROCESSO</b> (16 regiões)	<b>“Perdendo avanço” (1)</b> <i>(Piorando uma posição acima da média)</i>	Grande Porto
	<b>“Sendo despromovido” (1)</b> <i>(Mudando a posição, de acima para abaixo da média)</i>	Baixo Mondego
	<b>“Ficando para trás” (14)</b> <i>(Reforçando uma posição abaixo da média)</i>	Algarve, Beira Interior Sul, Lezíria do Tejo, Alentejo Litoral, Cávado, Madeira, Alto Alentejo, Baixo Alentejo, Pinhal Interior Norte, Dão-Lafões, Cova da Beira, Pinhal Interior Sul, Tâmega, e Açores

Fonte: Cálculos próprios (cf. *As Grandes Questões Conceptuais e Metodológicas*, Volume I).

# Competitividade

## As Regiões “Ganhadoras” e “Perdedoras” (1991-95 → 2000-2002)

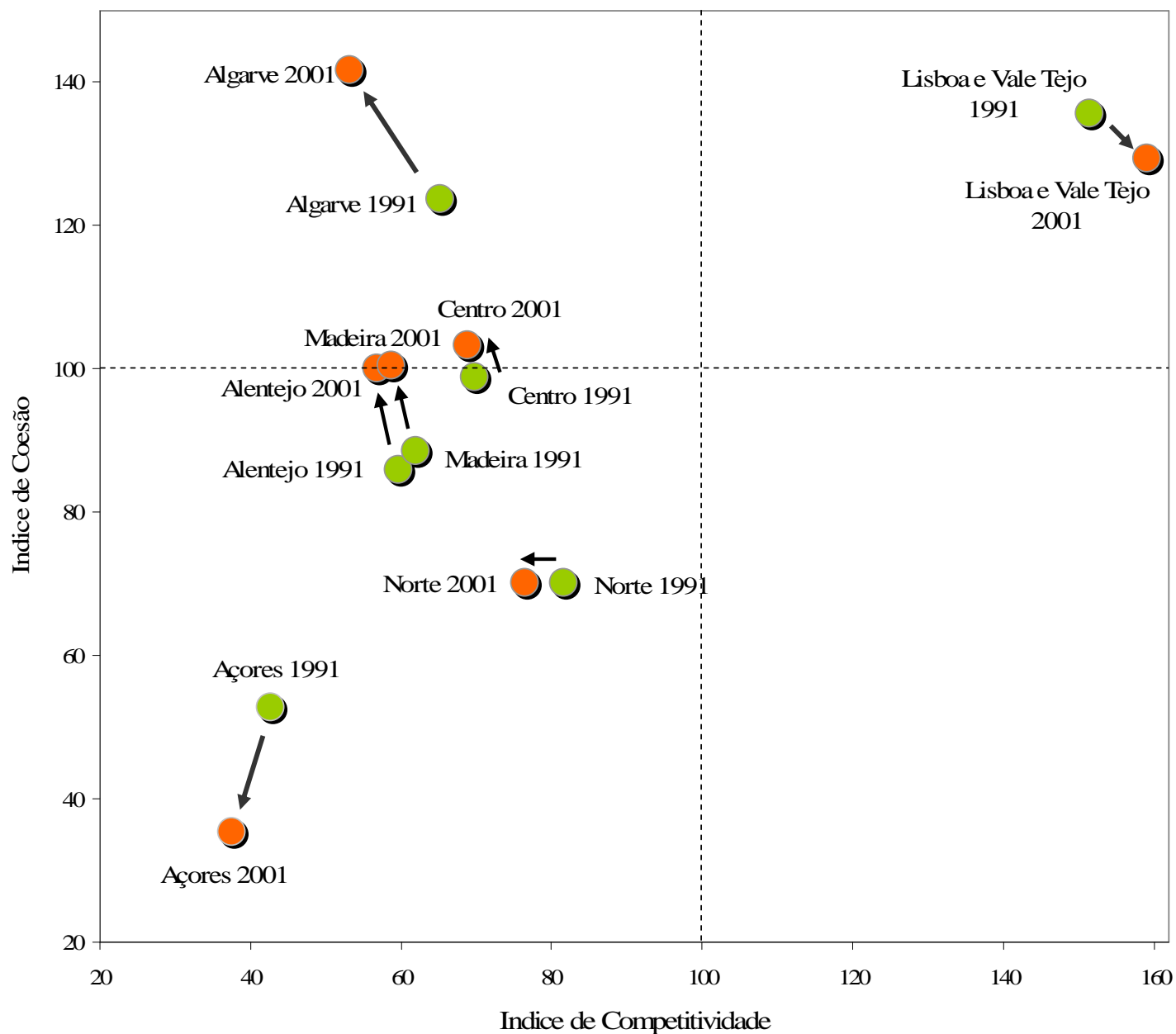
<i>Evolução</i>	<i>Posição Específica</i>	<i>Regiões</i>
<b>PROGRESSO</b> (11 regiões)	<b>“Avançando” (3)</b> <i>(Reforçando uma posição acima da média)</i>	Grande Lisboa, Península de Setúbal e Baixo Vouga
	<b>“Emergindo” (0)</b> <i>(Mudando a posição, de abaixo para acima da média)</i>	
	<b>“Recuperando atraso” (8)</b> <i>(Melhorando uma posição abaixo da média)</i>	Entre Douro e Vouga, Alentejo Central, Médio Tejo, Minho-Lima, Beira Interior Norte, Pinhal Interior Norte, Alto Trás-os-Montes e Serra da Estrela
<b>RETROCESSO</b> (19 regiões)	<b>“Perdendo avanço” (1)</b> <i>(Piorando uma posição acima da média)</i>	Grande Porto
	<b>“Sendo despromovido” (1)</b> <i>(Mudando a posição, de acima para abaixo da média)</i>	Alentejo Litoral
	<b>“Ficando para trás” (17)</b> <i>(Reforçando uma posição abaixo da média)</i>	Cávado, Pinhal Litoral, Baixo Mondego, Lezíria do Tejo, Algarve, Oeste, Beira Interior Sul, Dão-Lafões, Madeira, Açores, Cova da Beira, Alto Alentejo, Baixo Alentejo, Ave, Tâmega, Douro e Pinhal Interior Sul

# Coesão Económica e Social

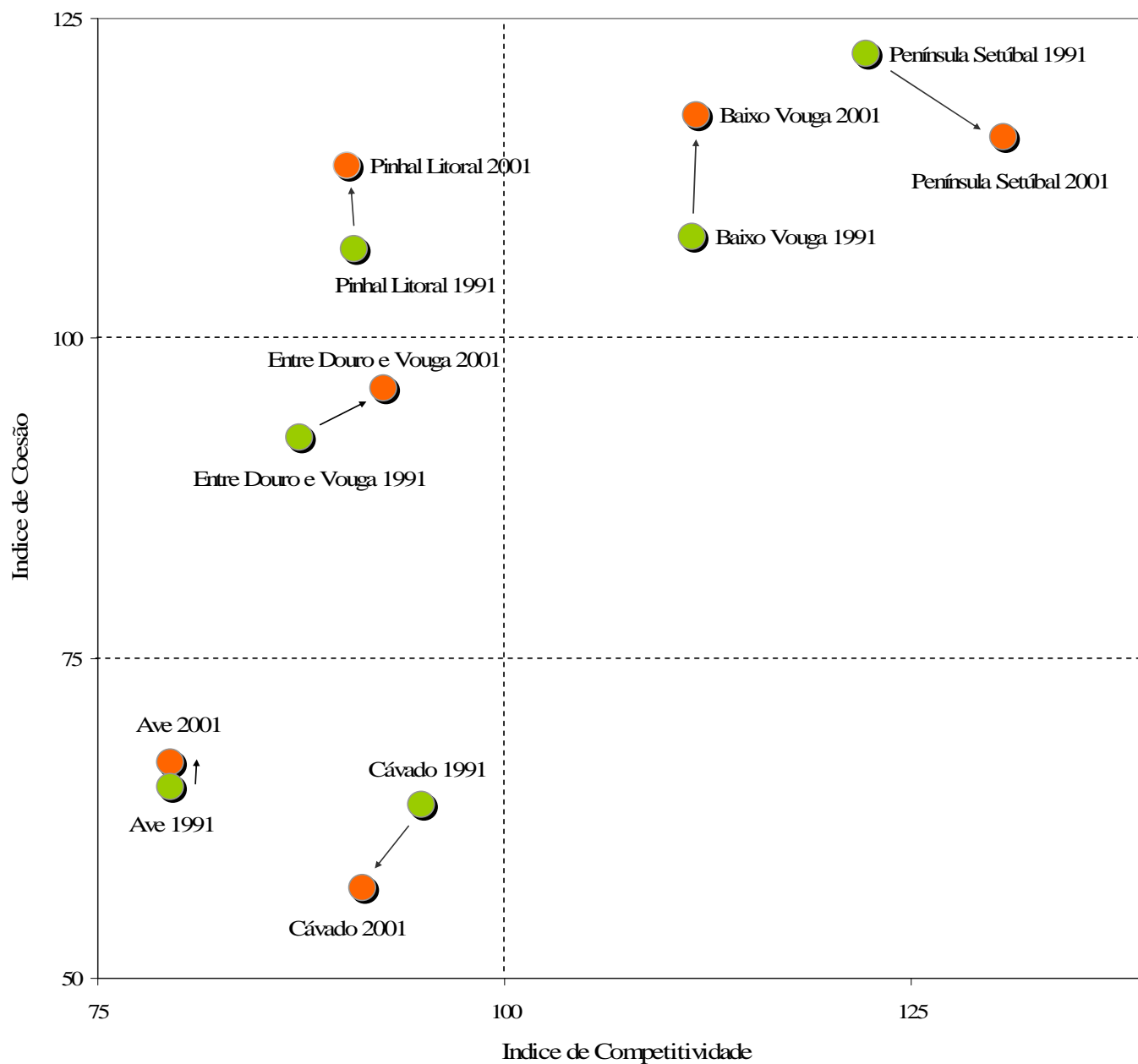
## As Regiões “Ganhadoras” e “Perdedoras” (1991-95 → 2000-2002)

<i>Evolução</i>	<i>Posição Específica</i>	<i>Regiões</i>
<b>PROGRESSO</b> (22 regiões)	<b>“Avançando” (5)</b> <i>(Reforçando uma posição acima da média)</i>	Algarve, Beira Interior Sul, Baixo Vouga, Pinhal Litoral e Lezíria do Tejo
	<b>“Emergindo” (4)</b> <i>(Mudando a posição, de abaixo para acima da média)</i>	Alentejo Central, Oeste, Alto Alentejo e Madeira
	<b>“Recuperando atraso” (13)</b> <i>(Melhorando uma posição abaixo da média)</i>	Pinhal Interior Norte, Entre Douro e Vouga, Médio Tejo, Alentejo Litoral, Baixo Alentejo, Beira Interior Norte, Serra da Estrela, Cova da Beira, Pinhal Interior Sul, Ave, Minho-Lima, Alto Trás-os-Montes e Douro
<b>RETROCESSO</b> (8 regiões)	<b>“Perdendo avanço” (4)</b> <i>(Piorando uma posição acima da média)</i>	Grande Lisboa, Península de Setúbal, Grande Porto e Baixo Mondego
	<b>“Sendo despromovido” (0)</b> <i>(Mudando a posição, de acima para abaixo da média)</i>	
	<b>“Ficando para trás” (4)</b> <i>(Reforçando uma posição abaixo da média)</i>	Dão-Lafões, Açores, Cávado e Tâmega

# A Evolução da Competitividade e da Coesão nas Regiões de Coordenação (1991-95 → 2000-2002)

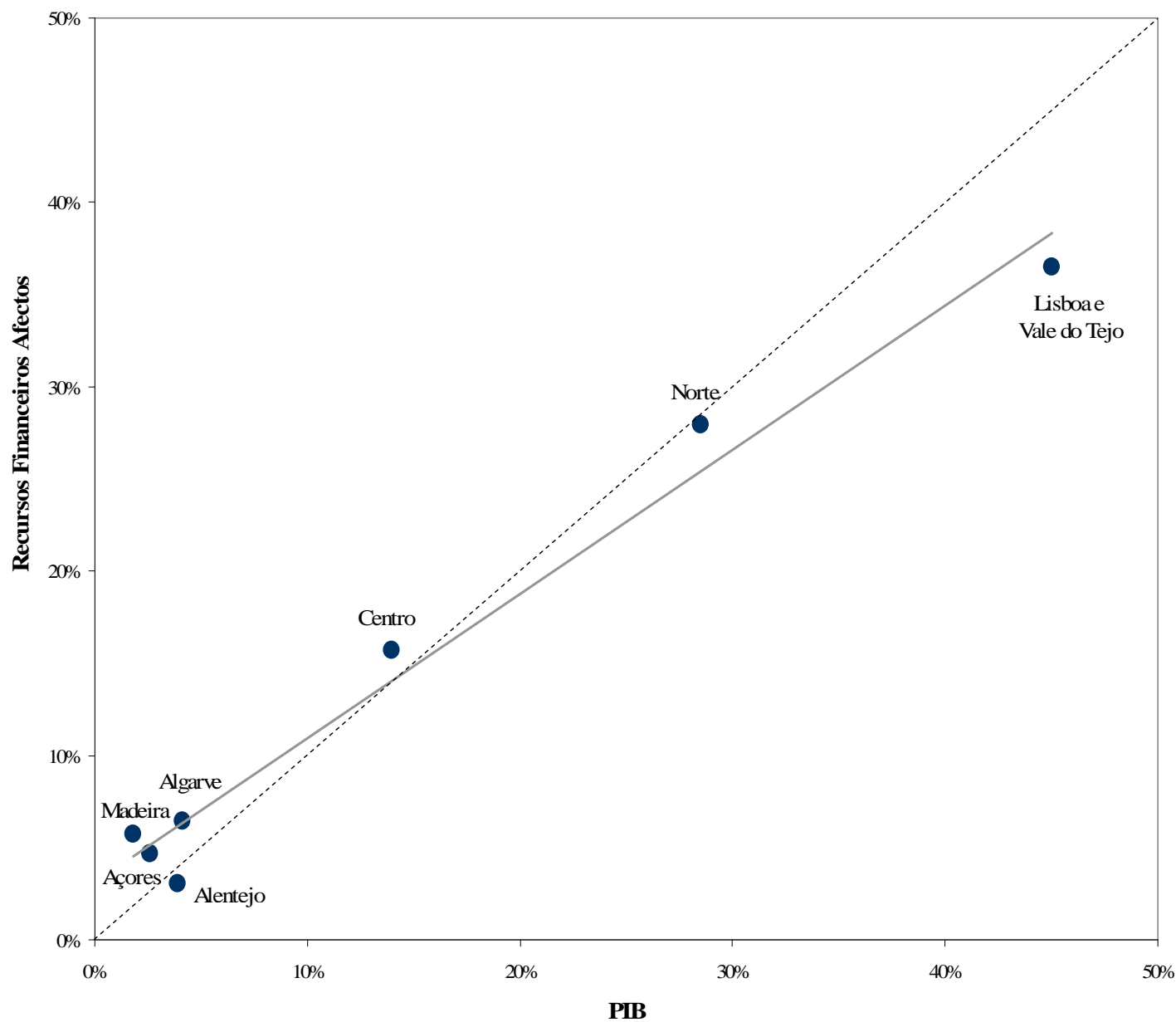


# A Evolução da Competitividade e da Coesão nos “Distritos Industriais” (1991-95 → 2000-2002)



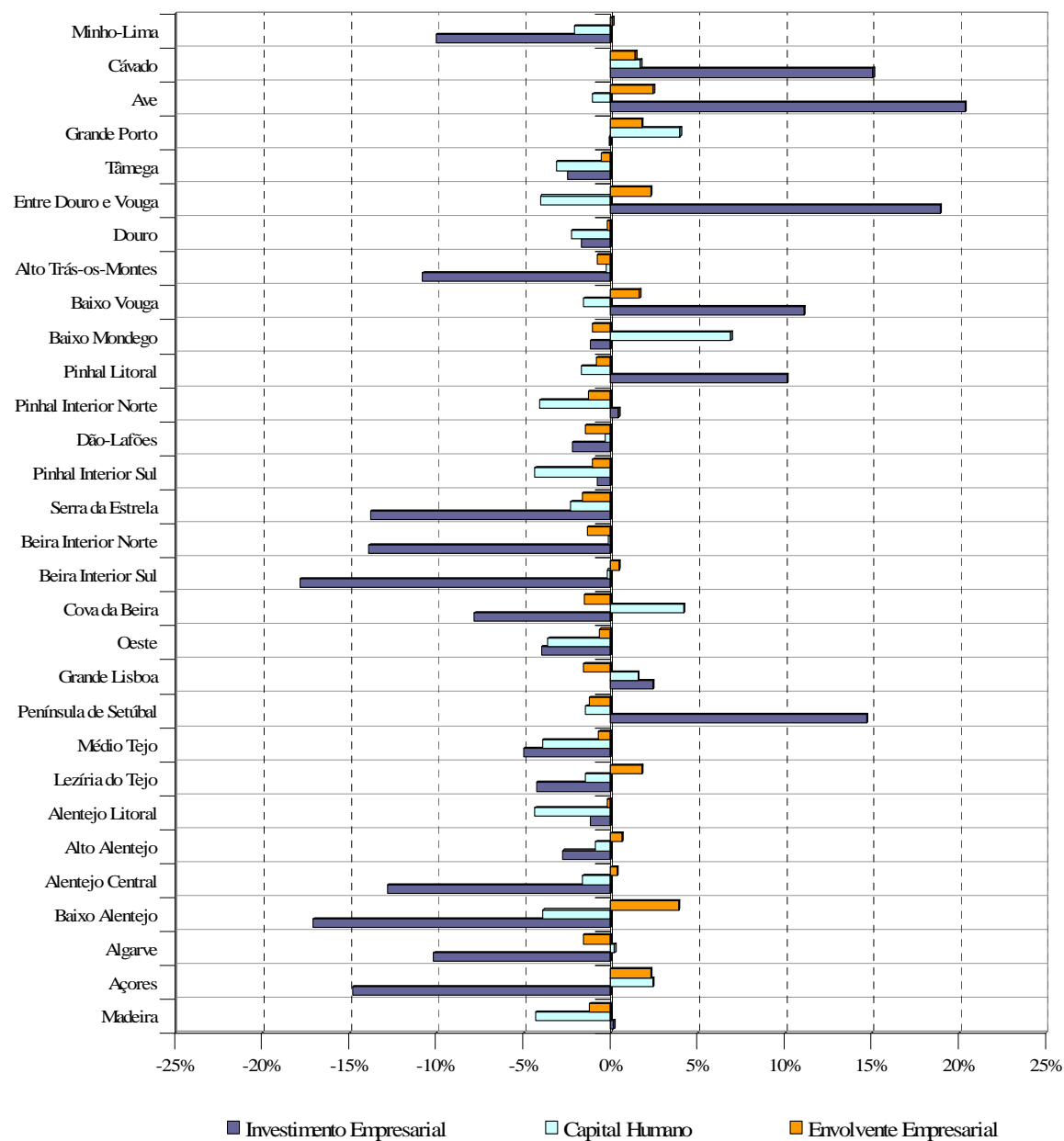
**A Afecção de Recursos, as Intensidades  
de Apoio e Efeitos Identificáveis  
dos Fundos Comunitários  
na Evolução das Regiões Portuguesas**

# O Peso das Regiões nos Recursos Financeiros Estruturais e no PIB (1994-2000)





# Estrutura das intervenções mais ligadas à Competitividade (NUTS III, desvios em relação à média nacional)



## LIÇÕES DA EXPERIÊNCIA, DESAFIOS E PRIORIDADES

A análise dos efeitos da estrutura das intervenções mais ligadas à *promoção da coesão* sugere, suportada com força nos resultados obtidos, a hipótese de trabalho de que *valerá a pena reforçar significativamente a dotação de recursos em regiões como a zona envolvente do Grande Porto, onde importa melhorar a situação actual, e equilibrar o investimento mais pesado, em equipamentos, com o desenvolvimento de serviços e acções que melhoram os níveis de acesso e utilização dos mesmos.*

A análise cruzada da afectação de recursos à promoção da competitividade e da coesão confirma, de forma quase brutal, que o *principal desafio da programação estrutural das políticas públicas em Portugal*, numa óptica de convergência sustentada no plano interno e europeu, se encontra na *dificuldade generalizada em materializar intervenções capazes de prosseguir articulada e solidariamente objectivos de coesão e de competitividade*, colocando de forma equilibrada, no centro das estratégias, das acções e dos investimentos, e, portanto, da afectação de recursos, *a procura da eficiência, pela criação de riqueza, e da equidade, pela qualidade de vida alcançada.*

## II Parte – Conclusões

### Lições da Experiência Preparação do Próximo Ciclo de Programação Estrutural

---



## CENÁRIOS DE DESENHO ESTRATÉGICO

O aprofundamento analítico da competitividade e coesão territorial das regiões portuguesas pode, ainda, ser explorado, num sentido estratégico, através da construção de uma *tipologia de quadros de contexto global*, comportando um esforço de projecção de tendências para o horizonte 2006-2007, que permita enquadrar adequadamente as situações concretas enfrentadas pelas regiões portuguesas no próximo ciclo de programação estrutural<sup>1</sup>.

O *objectivo* não é tanto o de uma caracterização da situação, detalhada e concreta, de cada região, mas antes o do seu *enquadramento num leque de “situações estilizadas”* que possam fornecer, através de elementos mais gerais e abstractos que suportem *uma “visão comum” dos principais desafios no contexto nacional*, um quadro de reflexão útil para as grandes opções e escolhas estratégicas que lhe são exigidas, face às grandes orientações das políticas estruturais europeias, numa lógica que, valorizando as dinâmicas regionais, não “esqueça” a importância, decisiva, da contribuição dessas mesmas dinâmicas para o reforço da autonomia e coerência do espaço nacional no processo da “construção europeia”.

## CENÁRIO A

O primeiro cenário avançado é característico das *regiões de baixa coesão e fraca competitividade* onde, portanto, os grandes desafios da convergência ainda comportam e exigem melhorias muito significativas nestes dois planos.

As situações enquadráveis neste cenário de referência não deixam, no entanto, de exigir uma clarificação estratégica susceptível de apontar uma *directão principal* para os esforços a prosseguir, não para romper o equilíbrio entre os objectivos de coesão e competitividade, mas, exactamente ao contrário, para o poder garantir.

As lições da experiência portuguesa durante a vigência dos três primeiros QCA, bem como a nova agenda europeia de iniciativas orientadas pelo crescimento e pela convergência, *aconselham vivamente que a directão principal só não deva recair na promoção da competitividade quando os níveis de coesão, em particular da coesão social, forem tão baixos que limitem drasticamente a própria qualidade e sustentabilidade das trajectórias competitivas e, portanto, a própria convergência.*

## CENÁRIO A – Variante A1

A primeira variante deste cenário é característica das *regiões periféricas*, onde, apesar da fraca competitividade, a *melhoria das condições da coesão* deve continuar a manter uma *elevada prioridade*, embora muito melhor articulada com as condições e os processos competitivos.

O *cenário A1* tipifica um contexto de referência que pode corresponder, em grande parte, quer à situação das Ilhas Atlânticas, muito embora, como vimos, os Açores enfrentem problemas mais sérios de competitividade e a Madeira enfrente problemas muito mais sérios de “dualismo” económico e social, quer à situação das zonas mais “submersas”, em relação à configuração do “arquipélago do desenvolvimento” no continente, localizadas sobretudo, como vimos, numa faixa difusa que envolve, principalmente, numa espécie de diagonal com direcção de sudeste para nordeste, o Pinhal Interior, a Serra da Estrela, o Douro e Trás-os-Montes, mas incluindo, também, zonas no Alentejo e no Algarve mais afastadas dos pólos de maior dinamismo do litoral e do eixo emergente do Alentejo Central, envolvendo, no seu conjunto, cerca de um milhão de pessoas.

## CENÁRIO A – Variante A2

A segunda variante deste cenário é característica de *regiões de relevância industrial*, sujeitas a um predomínio de *factores competitivos básicos* (baixo custo do trabalho e acesso a recursos naturais) e a um certo *imobilismo* da respectiva *especialização sectorial*, onde, apesar de um fraco nível de coesão social, a *renovação do modelo competitivo* deve poder ver-lhe conferida uma *prioridade decisiva*, embora sem perder de vista a correcção das limitações no plano da coesão social (distinguindo, no entanto, com lucidez, as que são necessárias para essa renovação das que resultaram das próprias insuficiências do modelo competitivo).

O *cenário A2* tipifica um contexto de referência que pode corresponder, fundamentalmente, na região Norte, a um vasto “arco envolvente” do Grande Porto integrando, em grande parte, o Minho-Lima, Cávado, Ave, Tâmega e parte de Entre Douro e Vouga, onde se dispersam, numa “mancha de óleo” desordenada, uma base apreciável de pequenas e médias empresas de vocação exportadora e se concentra uma população relativa jovem, no contexto demográfico da Europa e de Portugal, de quase dois milhões de pessoas;

## CENÁRIO B

O segundo cenário avançado é característico de *regiões claramente melhor posicionadas no plano da coesão do que no plano da competitividade*, onde o desafio principal que se coloca é o do reequilíbrio da respectiva situação, procurando obter resultados relevantes no plano da competitividade, até como forma de não perder e consolidar os progressos anteriormente obtidos no plano da coesão.

*A prioridade a conceder aqui à promoção da competitividade corresponde a um duplo desafio*, uma vez que, a experiência adquirida ao longo dos III QCA respeita, muito mais, a projectos orientados pelas condições da coesão social, e as necessidades futuras correspondem, muito mais, a projectos orientados, em primeiro lugar, para a eficiência dos processos competitivos, para a racionalização e diversificação de produção energética e para a valorização das novas oportunidades logísticas do intenso relacionamento económico ibérico e, em segundo lugar, para a rendibilização dos equipamentos colectivos em iniciativas muito mais centradas na gestão de redes de prestação de serviços progressivamente mais avançados.

## CENÁRIO B

O cenário B tipifica um contexto de referência que pode corresponder, em boa medida, a zonas situadas nos eixos de influência mais exterior da região de Lisboa, a Norte (parte do Oeste), a Sul (Alentejo Litoral) e ao longo do Tejo (parte da Lezíria do Tejo, Médio Tejo, Beira Interior Sul, Cova da Beira e Alto Alentejo), onde se concentra uma população que se aproxima do milhão de pessoas. A análise desenvolvida faz, ainda, aparecer um cenário mais difuso que pode ser considerado como uma variante de contexto global situada numa espécie de “meio caminho” entre o cenário B e a variante A1 do cenário A, que pode corresponder, de algum modo, a situações como as de boa parte das regiões de Dão-Lafões, Beira Interior Norte e Baixo Alentejo, envolvendo cerca de meio milhão de pessoas.

## CENÁRIO C

O terceiro cenário avançado é característico das regiões normalmente consideradas como pertencendo ao grupo das “mais favorecidas”, com maior ou menor “antiguidade” nesse posicionamento, isto é, das *regiões dotadas dos níveis de mais elevada competitividade e coesão no contexto nacional*. As situações enquadráveis neste cenário de referência são, necessariamente, razoavelmente diversas, em função da conjugação das manifestações de progresso e retrocesso na competitividade e/ou na coesão, com maior expressão nos seus aspectos económicos ou sociais.

A realidade das regiões portuguesas tende a sugerir a existência de, pelo menos, três grandes variantes, traduzidas em outras tantas situações suficientemente específicas e diferenciadas, que podem ser enquadradas na referência fornecida por este cenário de contexto global:

## CENÁRIO C – Variante C1

A primeira variante deste cenário é característica de *regiões “emergentes”* no plano da coesão e competitividade, onde o principal desafio que se coloca é o da *consolidação das trajetórias ascendentes e relativamente equilibradas* valorizando, muito em especial, o reforço da internacionalização que contribuiu, em boa medida, para o respectivo desenvolvimento económico e social.

A *prioridade* a conceder aos *objectivos de competitividade* deve, neste quadro, articular de forma muito particular as *condições logísticas de mobilidade global* (interna e internacional) e os *processos competitivos de mobilização da ciência e da tecnologia*. Esta situação corresponde, no essencial, às regiões do Baixo Vouga, Entre Douro e Vouga, parcialmente, Pinhal Litoral e Alentejo Central, onde se concentra uma população que se aproxima de um milhão de pessoas.

## CENÁRIO C – Variante C1

A *consolidação destes pólos emergentes de desenvolvimento*, que representam, no período de vigência dos QCA, casos muito interessantes de progresso efectivo e razoavelmente equilibrado na coesão e na competitividade, constitui um desafio para a própria convergência nacional no espaço europeu. A clarificação estratégica do *modelo territorial* constitui, também aqui, uma oportunidade estratégica de consolidação dos progressos obtidos, exigindo a *construção de novas formas de articulação* entre as regiões de coordenação que favoreçam a sua autonomia e capacidade endógena sem prejuízo do reforço das ligações em relação, respectivamente, aos pólos do Porto e de Lisboa.

## CENÁRIO C – Variante C2

A segunda variante deste cenário é característica de “*regiões em perda de velocidade*”, isto é, *regiões duradouramente integrantes do núcleo mais desenvolvido do país* ou, pelo menos, da parte de cima da distribuição, mas que enfrentam problemas e desequilíbrios específicos, mas sérios, de coesão e competitividade, que podem vir a limitar, progressivamente o seu desenvolvimento económico e social, e onde, portanto, o desafio principal se coloca num plano relativamente fino de articulação entre os objectivos de competitividade e de coesão, procurando corrigir os desequilíbrios e enfrentar os problemas de forma necessariamente inovadora.

Esta situação corresponde, no essencial, no caso das regiões mais desenvolvidas, à região do Grande Porto, e, no caso das regiões imediatamente “seguidoras”, à região do Baixo Mondego, mas pode servir de referência a outras regiões menos desenvolvidas mas com problemas relevantes de equilíbrio entre competitividade e coesão como o Algarve, envolvendo uma população que se aproxima dos dois milhões de pessoas.

## CENÁRIO C – Variante C2

O caso do *Grande Porto* já foi abordado, a propósito das variantes A-2 e C-1. O caso da *região do Algarve* constitui, pelo seu lado, um desafio que encontra na capacidade de renovação do modelo competitivo, reforçando a especialização turística, mas qualificando, ordenando e alargando quer a base dos produtos e dos negócios, quer a base territorial do seu desenvolvimento (“falésia”, mas também “barrocal” e “serra”), quer a base da sua diferenciação no plano da concorrência internacional (articulação com o património, a cultura e as artes). O caso do *Baixo Mondego* constitui, pelo seu lado, um desafio muito particular, na medida em que enfrenta tendências desfavoráveis significativas nos dois planos, isto é, um certo enfraquecimento das vantagens de localização no “meio” do eixo litoral, no que respeita ao modelo territorial, e uma perda muito significativa de aptidão industrial, no que respeita ao modelo de especialização, que, no entanto, podem funcionar como alavanca indutora de uma renovação mais profunda valorizando, entre outros aspectos, o apoio à construção de uma nova “centralidade” multipolar entre o Douro e o Tejo e a exploração de novas oportunidades nas actividades económicas mais intensivas na utilização das áreas de conhecimento onde a Universidade de Coimbra e os institutos de investigação associados conseguiram ganhar evidência.

## CENÁRIO C – Variante C3

A terceira variante deste cenário é característica da *região mais competitiva e coesa do país*, a região de Lisboa, na sua nova configuração, que embora “condenada a perder” no nível de coesão social relativa (em função das melhorias relativas das outras regiões capazes de convergir no plano nacional), não pode hesitar sobre uma *prioridade quase absoluta à promoção da competitividade convergindo para os modelos europeus mais exigentes da “economia baseada no conhecimento”*, construindo uma *“região de Lisboa para a agenda de Lisboa”*.

A consolidação qualitativa da competitividade da região de Lisboa deve, ainda, valorizar, em matéria de programação estrutural, quer a *produção de externalidades positivas sobre as outras regiões nacionais* através dos efeitos de arrastamento a montante e a jusante das suas actividades, internas, de produção e consumo, e de intermediação internacional, quer um *cuidado específico na gestão da coesão económica e social*, nomeadamente no que respeita à sua coesão interna, procurando melhorar progressivamente os seus níveis de equidade.

## CENÁRIO C – Variante C3

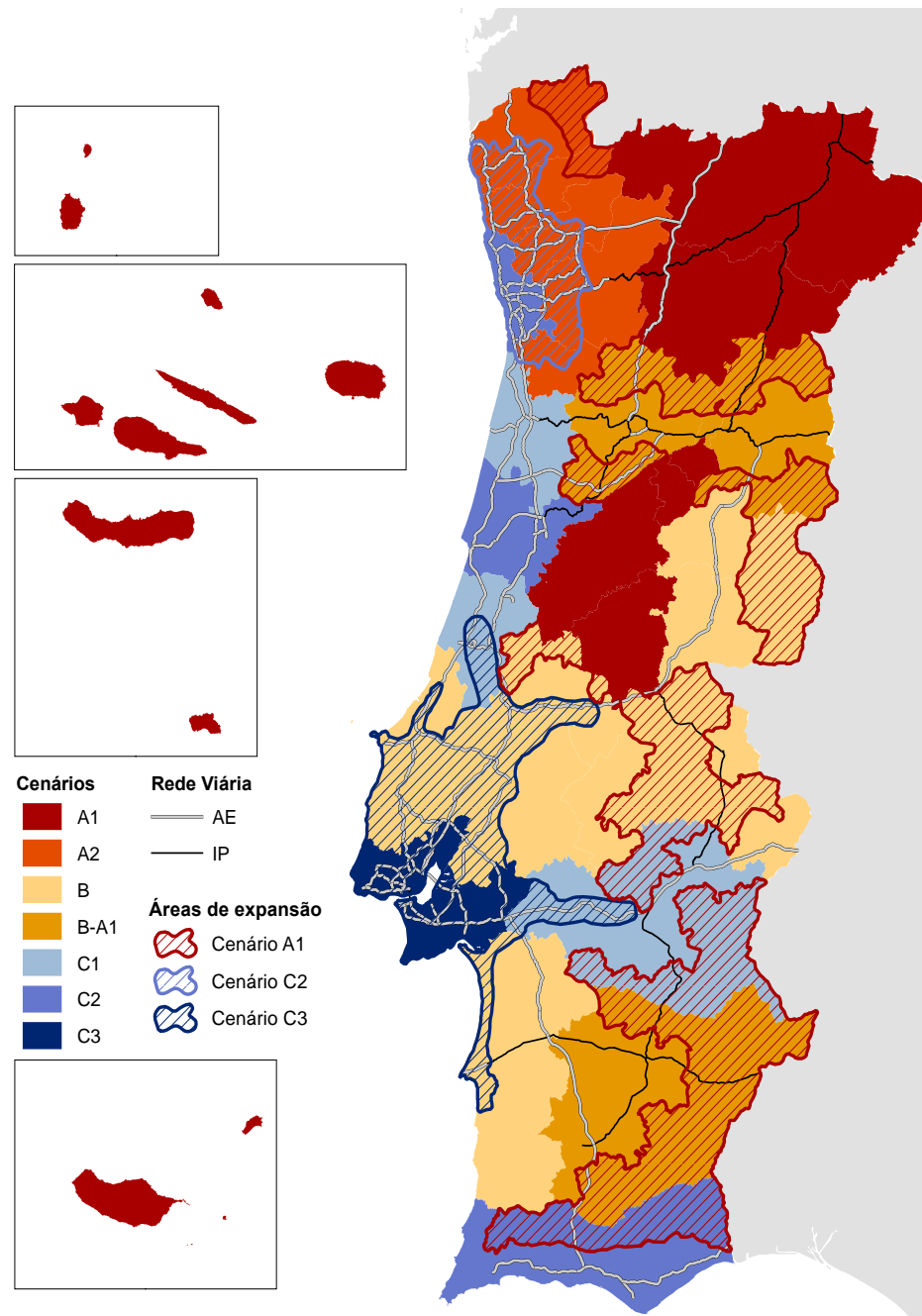
A *forte prioridade* a conceder aos *objectivos de competitividade* deve, neste quadro, atendendo a que se trata, também, da *região capital* do país, articular de forma global, os processos de *terciarização e globalização* da economia portuguesa, isto é, deve procurar, num reforço da *especialização em serviços avançados às empresas e às famílias* e, muito em especial, em *actividades centradas no conhecimento*, por um lado, e num desenvolvimento de *plataformas de intermediação qualificada do relacionamento internacional* do país (nomeadamente nos planos produtivo, comercial, financeiro, científico, artístico e cultural), colocadas ao serviço do país em geral (e não da região em particular), por outro lado, consumir uma alteração da própria dimensão da região, fazendo-a “crescer” em termos internacionais e tornando-a menos “pesada” em termos nacionais.

## CENÁRIO C – Variante C3

A *região de Lisboa* aqui referida tem, seguramente, no seu centro o espaço da nova NUTS, mas *alarga-se*, também seguramente, *através da sua projecção num conjunto de pólos regionais integrados nas “regiões de coordenação” do Centro e do Alentejo*, concentrando uma população que ultrapassa os três milhões de pessoas, obrigando a desenvolver, no próximo período de programação *novas formas de gestão e coordenação de esforços envolvendo, nomeadamente, as comissões de coordenação e desenvolvimento regional*.

A gestão do novo ciclo de programação estrutural exige, assim, uma renovada capacidade estratégica e operacional, quer no plano nacional, quer no plano regional, onde a *região de Lisboa assume uma importância qualitativa inteiramente nova*, uma vez que, plenamente fora da lógica da coesão, enfrenta, até pela redução dos níveis de apoio estrutural previsíveis, os desafios mais relevantes de desenvolvimento de uma nova geração de parcerias público-privado e de níveis mais elevados de eficiência e selectividade na gestão dos incentivos e das políticas estruturais.

# O "Mapa" Regional dos Cenários de "Desenho Estratégico"



## OS DESAFIOS DE PROGRAMAÇÃO ESTRUTURAL ASSOCIADOS AOS “CENÁRIOS DE DESENHO ESTRATÉGICO”

O desafio que se coloca, também pela necessidade de aproximação dos modelos globais de inserção competitiva e concorrencial, quer nos mercados internacionais, quer no mercado doméstico que assume, progressivamente, uma dimensão ibérica, é, portanto, o de *conseguir desenhar intervenções de natureza estrutural com suficiente qualidade e massa crítica, mas também com suficiente diversidade, para contribuir para uma efectiva convergência de regiões com problemas, necessidades e capacidades muito afastados entre si.*

O *esforço decisivo de programação* a desenvolver, que envolve uma *dupla diferenciação estratégica* para cada regiões de coordenação, isto é, uma *diferenciação externa*, por especialização, face às outras regiões de coordenação, e uma *diferenciação interna* valorizando diferentes aproximações à promoção da competitividade e da coesão, em certos pólos ou regiões mais finas, deve atender a três questões principais, isto é:

## OS DESAFIOS DE PROGRAMAÇÃO ESTRUTURAL

### **Aceleração da Renovação dos Modelos Empresariais**

Em *primeiro lugar*, deve contribuir para uma *aceleração do processo de renovação dos modelos empresariais*, favorecendo uma maior convivência com mercados mais internacionalizados e concorrenciais e percebendo que as políticas públicas não podem fazer muito por actividades e modelos de negócio em declínio e fim de ciclo de vida, embora possam e devam fazer muito pelas pessoas e territórios afectados.

A aceitação de uma lógica de “destruição criadora” pode ser muito útil, neste terreno, para estimular acções selectivas que tenham tanta facilidade em potenciar as capacidades competitivas relevantes, como em impedir o arrastamento das igualmente relevantes debilidades competitivas, que foram, umas e outras, identificadas neste estudo;

## OS DESAFIOS DE PROGRAMAÇÃO ESTRUTURAL

### Novos Caminhos de Articulação entre Competitividade e Coesão

Em *segundo lugar*, deve, ainda, procurar encontrar *novos caminhos de articulação entre competitividade e coesão*, que só podem ser obtidos através da utilização da coesão como condição e factor de competitividade e da competitividade como suporte da consolidação da coesão, *caminhos que, portanto, só estão ao alcance de políticas públicas de base regional adequadamente ancoradas em territórios*, no sentido de conjugação ordenada de pessoas, actividades e instituições que lhe foi dado no presente estudo.

A experiência portuguesa revela com particular nitidez que as dificuldades de articulação entre competitividade e coesão são muito significativas, quando os seus objectivos se procuram alcançar com base em políticas verticais de base sectorial, ainda que sujeitas a exercícios mais ou menos aprofundados de “de estricta desconcentração regional”;

## OS DESAFIOS DE PROGRAMAÇÃO ESTRUTURAL

### Valorizar a dinâmica da Especialização de Actividades

Em terceiro lugar, deve, finalmente, *valorizar o papel da dinâmica da especialização de actividades no crescimento económico*, tendo em conta, nomeadamente, que as variações do emprego e da produtividade reflectem movimentos complexos de conservação, renovação e inovação de tecnologias, processos e produtos, no quadro de “ciclos de vida” cada vez mais curtos com uma incidência geográfica cada vez mais global, onde importa participar de forma, também, cada vez mais precoce e qualificada.

A análise do desempenho das regiões portuguesas em matéria de variação do desemprego e da especialização permitiu ilustrar a *relevância da respectiva adaptabilidade, no plano da especialização, para o desenvolvimento económico regional*, avançando evidência empírica adicional. As conclusões alcançadas apresentam *interesse analítico*, para a caracterização do processo de divergência regional que caracterizou o período de vigência dos primeiros QCA no domínio da evolução dos níveis de competitividade, e *interesse político*, para a concepção de futuras intervenções estruturais.

## OS DESAFIOS DE PROGRAMAÇÃO ESTRUTURAL

### Valorizar a dinâmica da Especialização de Actividades

Os resultados da análise desenvolvida sugerem, com efeito, com bastante força, que *uma variação da especialização bem sucedida tende a coexistir com níveis mais baixos de desemprego, enquanto a conservação dessa mesma especialização tende a coexistir com níveis mais elevados de desemprego.*

A conclusão central sugerida pela experiência portuguesa vai, assim, no mesmo sentido das modernas teorias da competitividade e do crescimento económico podendo ser formulada através da seguinte hipótese de trabalho: *a defesa bem sucedida da capacidade competitiva de uma região, suportada por uma renovação progressiva da sua especialização, tende a gerar um balanço de emprego bem mais favorável, mesmo que comporte um efeito inicial de agravamento do desemprego, do que a defesa estrita das actividades e dos empregos do presente à custa, precisamente, da renovação da especialização da região e da sua capacidade competitiva.*